

# Editorial

A Fundação Cultural Exército Brasileiro completou, no último 1º de março, 17 anos de existência.

Concebida para congregar civis e militares com o objetivo de estudar, preservar e divulgar o patrimônio cultural do Exército Brasileiro, a FUNCEB já realizou inúmeros empreendimentos nas áreas de restauração, educacional, musical, de preservação ambiental, de pesquisa e editorial.

Nesse nº 28 da Revista DaCultura, o Presidente da FUNCEB, Dr. Marcos Arbaitman, enfatiza os principais desafios que se põem à Fundação, nesse seu décimo sétimo ano de existência.

O nosso entrevistado é o General de Exército Antônio Hamilton Martins Mourão, atual Secretário de Economia e Finanças, militar com profunda experiência nos diferentes setores do Exército e dotado de riquíssimas qualidades, próprias de um líder militar.

O General Mourão faz um relato esclarecedor das complexas atividades da SEF, mostrando a sua importância fundamental para o Exército Brasileiro.

Na oportunidade, cabe um reparo sobre a apresentação da entrevista realizada com o General Santos Cruz, publicada no número 27 da nossa Revista. Foi omitido o apoio fundamental do General Leslie Alcoforado, que desenvolveu os entendimentos preliminares, elaborou inúmeras perguntas e fez a revisão final do texto, medidas sem as quais a matéria publicada na DaCultura não existiria.

O Dr. Roberto Duailibi, Ex-Presidente e um dos Instituidores da FUNCEB, referência, no Brasil, no campo da Comunicação Social, trata, de um modo simples, com uma abordagem direta, da complexa questão do papel das Forças Armadas Brasileiras na nossa atualidade.

Desglobalização?

Estariamos vivendo, em nível mundial, um processo de desglobalização? O que estaria ocorrendo, sob o ponto de vista econômico, estratégico e político, nas relações internacionais? Quais as consequências desse processo para o Brasil? Essas são as indagações que o Dr. Octavio Amorim Neto, professor da FGV/Rio, no seu excelente artigo, procura responder.

O Dr. Sérgio da Silva Mendes, Secretário de Recursos do TCU, aborda o fenômeno da corrupção e das estratégias concebidas pelo TCU para enfrentar as modernas práticas de corrupção que se evidenciam no panorama brasileiro. O Prof. Sérgio Mendes, como é de sua marca, faz uma análise profunda do tema e propõe um entendimento esclarecedor da questão.

As Fortificações Brasileiras Patrimônio Histórico é um artigo que procura contribuir para uma visão geral sobre as fortificações no Brasil. Aborda, especificamente, seis fortes no Norte e no Oeste brasileiro, mas suscita numerosas outras questões delimitadoras do conceito Fortificações.

O excepcional texto do Coronel Juvêncio Saldanha Lemos – Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA) - uma crônica(?) - trata de aspectos fundamentais do ensino militar, principalmente na área afetiva, o desenvolvimento de atitudes e valores.

Na série sobre Fortes Brasileiros, o Coronel Paulo Teixeira apresenta-nos o Forte dos Andradas, localizado na Ilha de Santo Amaro, de acordo com o projeto para defender o Porto de Santos.

Ao completar-se o 17º ano de existência da Revista DaCultura, merece destaque especial o Coronel Paulo Roberto Rodrigues Teixeira, redator-chefe, alma e coração de nossa Revista.

*Synésio Scofano Fernandes*  
Diretor da Revista DaCultura

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da Revista e do Exército Brasileiro.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser produzidos em formato A4 (210 x 297), com margens de 2,5cm (usar apenas um lado de cada folha, com letras de 12 pontos e entrelinhamento duplo), acompanhados de uma síntese do currículo e do endereço postal.

Os originais encaminhados à redação não serão devolvidos.

As referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Por imposição de espaço, a redação, sem alterar o sentido e o conteúdo, pode fazer pequenas alterações no texto original.

Fundação Cultural Exército Brasileiro  
Palácio Duque de Caxias  
Praça Duque de Caxias  
Nº 25 – Centro  
Ala Marcílio Dias – 5º andar  
Rio de Janeiro – RJ  
CEP 20221-260  
Tel: 21 2519-5352  
Fax: 21 2519-5106  
E-mail: funceb@funceb.org.br  
www.funceb.org.br

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

Distribuição gratuita  
Tiragem: 7.000 exemplares

# Sumário

## ENTREVISTA

04 – General de Exército Hamilton Martins Mourão



## ARTIGOS

03 – Cultura e Preservação  
*Marcos Arbaitman*



09 – Nossa Guerra de Todos os Dias  
*Roberto Duailibi*



12 – Desglobalização?  
*Octavio Amorim Neto*

16 – O Controle Externo e as contemporâneas Práticas de Corrupção  
*Sérgio da Silva Mendes*



29 – As Fortificações Brasileiras – Patrimônio Cultural  
*Synésio Scofano Fernandes*



42 – Escola Preparatória de Porto Alegre – EsPPA  
*Juvêncio Saldanha Lemos*



## REPORTAGEM

52 – Forte dos Andradas  
*Coronel Paulo Roberto Rodrigues Teixeira*



## AGRADECIMENTOS

Ao Gen Bda Ribeiro, Comandante da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea; ao Cel Art Ernesto, Chefe do Estado-Maior, e ao Cel Art Secomandi, pela ajuda que nos proporcionaram, por intermédio de informações atualizadas e imagens do Forte dos Andradas.

Aos prezados articulistas, que não mediram esforços para responder às nossas solicitações, e nos brindaram com excelentes artigos.

À Fundação Habitacional do Exército, que mais uma vez patrocinou esta edição.

*“ Bem aventurados os limpos de coração, porque Verão a Deus.”*

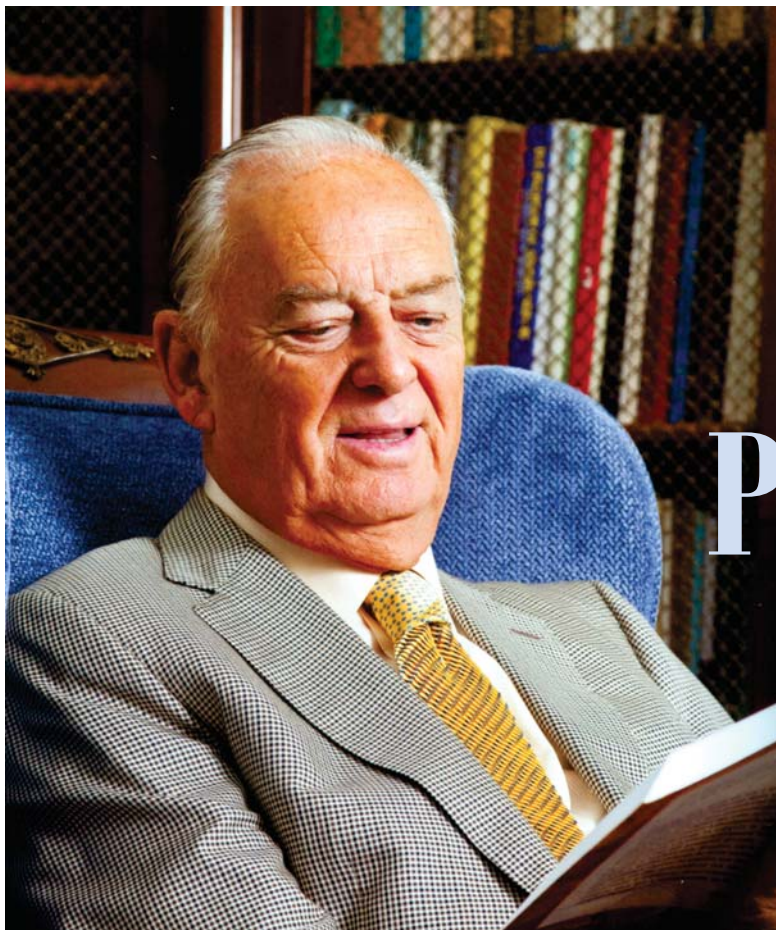
MT 5:8



## Nossa capa

Forte dos Andradas, inaugurado em 10 de novembro de 1942, envolvido pela Mata Atlântica.

Foto da capa – Ricardo Siqueira



# Cultura e Preservação

**Marcos Arbaitman**

Presidente da FUNCEB

A *Revista DaCultura*, editada desde 2001, com a segura orientação e cuidado extremo do seu Diretor, o General Synésio Scofano Fernandes, que hoje atua, com competência e dedicação, como Curador da Fundação Cultural Exército Brasileiro, tem extenso trabalho na divulgação de nossa história, destacando o enorme patrimônio cultural e artístico da cultura militar brasileira.

A FUNCEB segue mantendo firme e ativa a preservação de Fortes, Fortalezas e monumentos históricos e artísticos por todo Brasil.

Apenas a título de exemplo, a Praça Princesa Isabel, em São Paulo, onde está a maior estátua equestre do mundo, obra de Brecheret, foi amplamente restaurada e a Praça sediou a cerimônia do Dia do Soldado, em agosto passado, cerimônia conduzida pelo General Cid, Comandante Militar do Sudeste.

Vamos continuar a luta para manter a Banda Sinfônica e preservar a sua atuação nesta importante área de música e cultura.

Concluir a edição do volume IV da coletânea “Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro” será sumamente importante para que seja conhecido o patrimônio histórico do Brasil, como também divulgar e estender o raio de ação de Rádio Verde-Oliva são os desafios, entre outros, que a Fundação Cultural Exército Brasileiro seguramente vai vencer.

# Entrevista com o General Mourão

Secretário de Economia e Finanças



Secretário, qual é o papel da Secretaria de Economia e Finanças (SEF) no contexto atual?

*A Secretaria é um dos Órgãos de Direção Setorial (ODS) da Alta Administração do Exército, que tem por missão supervisionar e desenvolver as atividades de planejamento, acompanhamento e execução orçamentária e finan-*

*ceira, contabilidade e pagamento de pessoal, relativas aos recursos de qualquer natureza disponibilizados para o Exército. A SEF permeia todos os programas, projetos e processos do Exército, pois é a atividade-meio que viabiliza o funcionamento da Força por intermédio da logística, da gestão de pessoal, da educação e cultura, das obras, da ciência e tecnologia e das operações.*

V. Exa poderia esclarecer aos leitores da Revista *DaCultura* sobre as missões dos integrantes do “Sistema SEF”?

O que eu chamo de “Sistema SEF” está composto, hoje, pelo Centro de Controle Interno do Exército, pelo Estado-Maior do Exército, por intermédio da 6ª Subchefia, e pela SEF, propriamente dita. A SEF, por sua vez, é integrada pela Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO), pelo Centro de Pagamento do Exército (CPEx), pela Diretoria de Contabilidade (D Cont) e, pelo mais novo elemento do “Sistema SEF”, a Diretoria de Gestão Especial (DGE).

A DGO realiza a execução orçamentária, a gestão setorial a cargo da SEF, a gestão dos recursos do Fundo do Exército, a produção de informações gerenciais, o controle das importações e exportações e das dívidas interna e externa. Sumariamente falando, ela gerencia a Unidade Orçamentária (UO) Comando do Exército, que abrange os recursos do Orçamento da União, no que tange à Administração da Unidade (Ação 2000), e o Orçamento do Fundo do Exército.

O CPEx executa centralizadamente o pagamento de pessoal no Comando do Exército, abarcando um total mensal de mais de 450.000 beneficiados, que compreende o pessoal da ativa, os inativos, os pensionistas e os servidores civis.

A D Cont operacionaliza as atividades de contabilidade e da programação e execução financeira dos recursos da UO Comando do Exército. Basicamente, é ela quem paga o que o Exército adquire em produtos e em serviços.

A DGE foi criada em 2013, sendo a mais nova estrutura da SEF e, talvez por isso, ainda desconhecida de boa parte dos militares. Dentre suas missões, cabe ressaltar a coordenação dos cursos e estágios para a capacitação de gestores e agentes da administração das UG nas áreas de orçamento, de contratos de grande vulto, de operações de crédito, de gestão financeira,

de contabilidade, de auditoria, dentre outras. Sugiro a todos os Ordenadores de Despesa (OD) que acessem a página dessa Diretoria, pois ela tem muito a contribuir com a administração das Organizações Militares (OM).

Além da capacitação de pessoal, a DGE também acompanha a execução orçamentária e financeira dos Projetos Estratégicos do Exército (PEE), Instrumentos de Parceria (convênios e Termos de Execução Descentralizada), Megaeventos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, bem como os demais projetos de interesse do Governo Federal em que o Exército estiver envolvido.

Completam a SEF suas doze Inspetorias de Contabilidade e Finanças do Exército (ICFEx), que são mais conhecidas dos militares, pois elas têm contato direto com as OM. Cabe-lhes, em relação às UG vinculadas, acompanhar a contabilidade analítica das operações orçamentária, financeira e patrimonial; examinar a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos Ordenadores de Despesas (OD) e responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos; realizar a conformidade contábil das UG; acompanhar a execução de contratos, convênios, acordos, ajustes ou similares; prestar assistência, orientação e apoio técnico aos demais agentes da administração, dentre outras atividades.

Gostaria de destacar a Assessoria Especial de Orçamento e Finanças (AOFIN), que integra a OM SEF, mas que tem papel fundamental para todo o Exército, pois é responsável por manter cerrado contato com a área ministerial, em particular, do Planejamento, do Desenvolvimento, da Gestão e da Fazenda, com a finalidade de manter os fluxos de créditos e numerários adequados ao bom funcionamento da Força. Também coopera com o Estado-Maior do Exército com dados para a elaboração da Proposta Orçamentária Anual do Exército (POAEx), da qual se origina o Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Congresso Nacional.

Como V. Exa avalia as recentes mudanças ocorridas no “Sistema SEF”, como a passagem de subordinação do Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx)?

*Houve mudanças na estrutura da SEF decorrentes de novas demandas, como a criação da DGO e da AOFIN, às quais já me referi.*

O Centro de Controle Interno do Exército (CCIEEx), antiga Diretoria de Auditoria, deixou de integrar o “Sistema SEF” desde 2010, passando a ser Órgão de Assistência Direta e Imediata (OADI) do Comandante do Exército. Tal modificação foi fruto de uma demanda do Tribunal de Contas da União (TCU), no sentido de segregar a função de controle interno da execução orçamentária realizada pela SEF. Cabe a esse Centro fazer o controle interno da Instituição. Para tanto, tem um canal técnico com a SEF, por meio das ICFEx, que funcionam como “os braços” que dão capilaridade ao controle interno.

Quais são as consequências para o Exército da atuação do Controle Externo?

*A cada ano, o EB é contemplado com vultosos recursos para a execução de sua atividade-meio e para o desenvolvimento de seus Projetos Estratégicos, o que tem aumentado a quantidade de processos licitatórios realizados pelas suas Unidades Gestoras (UG) e, consequentemente, aumentado a possibilidade de ocorrência de falhas administrativas que podem gerar danos ao erário e prejuízos à imagem da Força Terrestre. Consonante com este fato, a sociedade brasileira, cada vez mais, cobra dos agentes públicos a correta aplicação dos recursos, o que hoje se torna mais fácil, haja vista as inúmeras ferramentas disponíveis para a sociedade controlar os gastos públicos, como o portal da transparência, cujo link é obrigatório constar nas páginas web de todos os órgãos da administração pública. Concomitantemente ao controle social, o controle externo desenvolvido pelo*

*Tribunal de Contas da União (TCU) tem sido cada vez mais atuante perante os órgãos da administração pública, cujo foco deste controle tem se voltado para a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade da despesa pública, diferentemente do passado quando buscava somente atestar a legalidade e a legitimidade da despesa, na chamada Auditoria de Conformidade. Nesse viés, a estrutura de controle interno do Exército, representada pelas ICFEx subordinadas à SEF, tem buscado aprimorar a capacitação dos agentes da administração, visando a mitigar a ocorrência de falhas nos processos administrativos, bem como especializar seus auditores para o desempenho das funções de fiscalização e auditoria, de modo a tornarem-se cada vez mais alinhados com as diretrizes e o modus operandi do controle externo. Ressalta-se que o Exército Brasileiro possui o maior índice de aprovação de contas entre as Unidades Gestoras da Administração Pública Federal, o que corrobora o trabalho que vem sendo realizado pela SEF no que diz respeito ao já citado alinhamento com o controle externo.*

V. Exa foi o Presidente do Conselho de Administração da Fundação Habitacional do Exército. O que poderia nos falar do papel da Fundação Habitacional do Exército (FHE)?

A FHE é uma entidade vinculada ao Exército Brasileiro e tem como principal missão facilitar a aquisição de imóvel próprio para os militares, além de oferecer outros serviços, como seguros, planos de saúde complementar, empréstimos e consórcios. Também lhe cabe gerir a Associação de Poupança e Empréstimo – APE POUPEX.

Ela vem incrementando seus investimentos na concessão de empréstimos voltados para aquisição de imóveis, já que esta é sua vocação original. Tem uma gestão eficiente e responsável, e sua saúde financeira está muito boa, apesar do contexto econômico atual.

*Gostaria de esclarecer que a POUPEX, por sua vez, é uma instituição civil mutualista, sem fins lucrativos. Além de incentivar a cultura da poupança entre seus associados, busca realizar empreendimentos habitacionais com melhores condições de preço, qualidade e segurança.*

*Há uma grande diferença entre ela e a FHE, pois a POUPEX pode atuar no Sistema Financeiro de Habitação com liberdade, captando recursos de poupança para viabilizar seu portfólio.*

*No seu entendimento, General, qual é a relação entre o Comandante e o Gestor, na guerra de nossos dias?*

*Não se emprega um Exército sem vultosos recursos financeiros. Os países têm vivido dificuldades para equilibrarem seus orçamentos. No caso do Brasil, em particular, chega-se à ideia de que se faz necessário aprimorar a gestão dos investimentos e custeios que a nação disponibiliza ao Exército com a finalidade de manter um aparato militar à altura da estatura estratégica e dos desafios que se põem ao País hoje e ocorrerão no futuro.*

*O Ministro Leônidas Pires Gonçalves, que como General de Exército foi o primeiro Secretário de Economia e Finanças, disse que o “chefe militar moderno deve ter a compreensão desta verdade fundamental: tem que ser tão eficaz no cumprimento de missões operacionais como nas atividades administrativas da paz”. O General Leônidas resumiu tudo o que deve ser dito à relação Comandante-Gestor. Não há dicotomia. Ambas as funções estão intimamente ligadas.*

*É fundamental que os comandantes devam ser gestores eficientes, eficazes e efetivos no planejamento e na execução financeira dos recursos orçamentários e não orçamentários. Cabe, a todos os gestores, portanto, estudarem e praticarem a boa gestão financeira, sem*

*se descuidarem, jamais, da legalidade e dos princípios e valores que norteiam o Exército de Caxias.*

*Quais são as qualidades que V. Exa considera mais importantes para o bom Gestor no âmbito do Exército Brasileiro?*

*É sempre imprescindível que o militar tenha todas as qualidades da ética da Caserna. Além da hierarquia e disciplina, gosto muito de destacar a camaradagem e lealdade.*

*Quando penso no militar como administrador, começo salientando a probidade. Deve-se cultivar a integridade, que abrange intrinsecamente a honestidade e a imparcialidade.*

*Completaria dizendo que o militar deve sempre buscar seu autoaperfeiçoamento profissional, o que inclui o conhecimento ligado à gestão de recursos financeiros e patrimoniais.*

*Qual a recomendação que V. Exa dá aos Agentes da Administração no âmbito do Exército, para uma boa e eficaz gestão?*

*Recomendo a prática cotidiana dos preceitos para os agentes da administração, veiculados pela SEF em sua página na Internet/Intranet.*

*Em todos os níveis, estude sua missão. Após, faça seu planejamento. Isto certamente melhorará a qualidade da utilização dos recursos de toda a ordem. E execute tudo de maneira legal, sempre se lembrando de que o País nos confiou as missões de defender a Pátria, os Poderes Constitucionais e Garantir a Lei e a Ordem. E para isso, faz-se fundamental o emprego judicioso dos meios.*

*As restrições orçamentárias impostas exigem que a atuação do ordenador de despesas seja determinante no emprego oportuno da totalidade dos recursos recebidos, devendo, obrigatoriamente, quando da impossibilidade de empregar algum recurso recebido, reportar a quem o provisionou, com tempestividade.*

V. Exa tem mais algum assunto que gostaria de abordar nesta entrevista?

*Vivemos uma conjuntura confusa e inquieta, com uma profunda crise política, econômica e, sobretudo, moral. Nessa hora, os olhos da Nação se voltam para aquelas instituições que são basilares e permanentes, suas Forças Armadas. Assim, gostaria de expor alguns aspectos sobre o que é ser Soldado, caracterizando as servidões e grandezas da vida castrense.*

*A profissão militar existe devido à constante possibilidade de que ocorra algum tipo de conflito, assim é nosso dever estarmos preparados para guerra. Essa preparação abrange os seguintes aspectos: técnicos, táticos, físicos e psicológicos.*

*Fruto do que foi citado anteriormente, nossa profissão distingue-se das demais por cultuar valores que a tornam praticamente um sacerdócio. Entre esses valores, gostaria de destacar os seguintes: honra, dever, pátria, lealdade, integridade, coragem (física e moral), honestidade, camaradagem e espírito de sacrifício.*

*A guerra é o domínio de vários demônios, entre os quais podemos destacar: o peri-*

*go, o esforço físico, o sofrimento, o desgaste e a incerteza; temos de estar em condições de vencê-los.*

*Durante um longo período de paz, as qualidades morais e intelectuais, de grande importância na guerra, são, geralmente, relegadas a um segundo plano e o pensamento burocrático acaba triunfando sobre as qualidades do coração e do espírito. Isto deve ser evitado a todo custo, se a intenção de um Exército é permanecer forte e preparado para pôr-se à prova em combate.*

*Nossa maior proteção é o Espírito de Corpo, que nada mais é que a argamassa que une todas as qualidades, as quais, juntas, conferem valor militar a um Exército.*

*Finalmente, gostaria de expressar que acredito firmemente em uma tropa fortalecida pelos hábitos moderados e pelo esforço físico, que considera os sofrimentos não como um castigo, mas um meio de alcançar a vitória, onde todas as virtudes e deveres têm como único objetivo a honra de suas cores. Uma tropa com tais características possui o verdadeiro espírito militar, sendo esta a meta de nosso Exército.*

O General de Exército Antônio Hamilton Martins Mourão é natural da Cidade de Porto Alegre, onde nasceu no dia 15 de agosto de 1953, tendo sido declarado Aspirante-a-Oficial da Arma de Artilharia em 12 de dezembro de 1975 e promovido ao posto atual em 31 de março de 2014.

Como Oficial Subalterno e Capitão realizou os seguintes cursos: Informações Cat C-1; Básico de Paraquedista; Mestre de Salto; Básico de Salto Livre; e o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Como Oficial Superior, realizou, na ECEME, o Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM) e o de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), e, também, o Curso de Operações de Selva Cat A, no Centro de Instrução e Guerra na Selva (CIGS).

Foi instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e, no exterior, integrou a Missão de Paz em Angola - UNAVEM III.

Comandou o 27º Grupo de Artilharia de Campanha – Ijuí/RS.

Foi Chefe de Estado-Maior da Artilharia Divisionária /6, em Porto Alegre, e serviu no Gabinete do Comandante do Exército, Brasília/DF.

Como Oficial-General, foi Comandante da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, em São Gabriel da Cachoeira/ AM, e também: Diretor de Assistência ao Pessoal; Comandante da 6ª Divisão de Exército, em Porto Alegre/RS; Vice-Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército e desempenhou a sua última função como Comandante Militar do Sul. Atualmente é Secretário de Economia e Finanças.

Possui, entre outras, as seguintes condecorações nacionais:

Medalha Militar de Ouro com Passador de Platina; Medalha da Ordem do Mérito Militar; Medalha do Serviço Amazônico; Medalha Corpo de Tropa e Medalha do Pacificador.

# Empréstimo com Garantia Imobiliária

Sujeito à análise cadastral  
Sujeito à alteração sem aviso prévio

**As melhores taxas, com até 20 anos para pagar**

Utilizando seu imóvel urbano quitado como garantia, você consegue um empréstimo de até 60% do valor. Organiza seu orçamento, toca seus projetos e o principal: arruma a vida de uma vez.

Consulte as normas e condições vigentes  
no site [www.poupex.com.br](http://www.poupex.com.br)

Mais informações:

**0800 61 3040**

**POUPEX**

ASSOCIAÇÃO  
DE POUPANÇA  
E EMPRÉSTIMO

# Desglobalização?

Octavio Amorim Neto

Professor Associado  
EBAPE/FGV - Rio

A globalização significa três coisas: aumento do fluxo financeiro internacional, ampliação do comércio internacional e expansão do universo de países democráticos. O terceiro aspecto é uma visão da globalização esposada sobretudo por americanos e europeus – o chamado ocidente. Na visão dos chineses, a globalização é, essencialmente, a expansão ou ampliação dos fluxos financeiros e comerciais.

O mundo já assistiu a algumas vagas de globalização. A primeira foi capitaneada por ninguém menos que os navegadores portugueses. O final do século XIX também assistiu a um vigoroso processo de globalização, no rastro de revoluções nos transportes e nas comunicações que facilitaram enormemente trocas comerciais e financeiras mundo afora. Como bem se sabe, a globalização do final do século XIX terminou tragicamente em 1914 com a eclosão da 1ª Guerra Mundial. E o que se viu a partir de 1914? De 1914 a 1945, o fim da 2ª Guerra Mundial, o mundo teve como características fundamentais a emergência do protecionismo econômico, do nacionalismo, do fascismo, do comunismo e, claro, a Grande Depressão da década de 1930. Esses são os aspectos negativos. Nesse mesmo período, também se assistiu ao embrião de formação do Estado de Bem-Estar na Europa Ocidental e Estados Unidos e uma nova forma de gerir o capitalismo, por meio de políticas anti-cíclicas inspiradas na obra de John Maynard Keynes.

A partir de 1945, com a derrota militar dos regimes nazi-fascistas na Europa e do imperialismo japonês no extremo oriente, inicia-se, no



ocidente, a *Pax Americana*, vertebrada, do ponto de vista econômico, com a criação do Fundo Monetário Internacional, do acordo do GATT (que, mais tarde, se tornaria a Organização Mundial do Comércio) e do Banco Mundial e, do ponto de vista político, com a fundação da ONU. Finalmente, no que diz respeito aos fundamentos militares da *Pax Americana*, Washington estabelece uma série de organizações e alianças militares, tais como a OTAN, na Europa, o Pacto do Rio de 1948 (criação da OEA) nas Américas, na Ásia, por meio das alianças com o Japão, Coreia do Sul e Austrália.

Obviamente, não se pode esquecer o lado comunista do mundo que emerge dos escombros da 2ª Guerra Mundial. A União Soviética firma-se como uma superpotência parêlha aos Estados Unidos, impondo sua ordem à Europa Oriental por meio do estabelecimento de regimes soviéticos e, do ponto de vista militar, do Pacto de Varsóvia. Com a Revolução Chinesa, a União Soviética ganharia mais um importante aliado, ainda que com ele tenha sempre mantido relações muito tensas. E, no choque desses dois blocos, travou-se a Guerra Fria, que terminaria em 1989, com a queda do muro de Berlim e, logo depois, com a dissolução da União Soviética.

Existe hoje um consenso segundo o qual uma nova onda de globalização começa no final da década de 1980, não apenas com a derrota político-militar do regime soviético, mas, também, com os primeiros frutos das reformas econômicas implementadas na China, a partir da década de 1970, por Deng Xiaoping, com as políticas de liberalização econômica da dupla Reagan-Thatcher, e com as inúmeras transições democráticas que varreram inicialmente o sul da Europa na década de 1970, a América Latina na década de 1980 e a Europa Oriental, a África e a Ásia na década de 1990. Além disso, a esses fatores deve-se adicionar também a criação da União Europeia em 1993 e sua subsequente expansão, e o estabelecimento do euro como moeda oficial de vários países da Europa continental em 2002.

É importante detalhar alguns aspectos. Com a vitória dos Estados Unidos na 1ª Guerra do Iraque em 1991, consolida-se o chamado momento unipolar, a partir do qual Washington emerge como uma hiperpotência sem par. A ordem unipolar que os Estados Unidos passaram a vertebrar com considerável sucesso (até recentemente) tinha como pilares os elementos já presentes no pós-2ª Guerra Mundial. Tratava-se de criar uma ordem mundial baseada mais em regras do que no uso explícito do poder, regras essas cuja observância é monitorada, do ponto de vista econômico, pelo trio FMI-OMC-Banco Mundial e, do ponto de vista político-militar, pela OTAN e pelas alianças militares na Ásia com Japão, Coreia do Sul, Austrália e, mais recentemente, com a adição informal da Índia, Vietnã, Indonésia e Filipinas.

Até aqui, discutiu-se a arquitetura política-econômica-militar da globalização pós-1989. Do ponto de vista de indicadores objetivos de globalização, de fato, entre esse ano e 2008, houve um crescimento impressionante nos números do comércio internacional, dos fluxos financeiros e do número de Estados com regimes democráticos, como se pode ver nos dados exibidos a seguir.

## Número de democracias no mundo segundo a FreedomHouse

Ano	Total de Países	Países Livres (n)	Países Parcialmente Livres (n)	Países Não Livres (n)
1989	167	61	44	62
2008	193	89	62	42
2016	195	87	59	49

Fonte: FreedomHouse, *Populists and Autocrats: The Dual Threat to Global Democracy*. Rowman & Littlefield, 2017.

## Números do comércio internacional: total de exportações do mundo

1989 - 3.055 trilhões de dólares  
2008 - 16.160 trilhões de dólares  
2015 - 16.482 trilhões de dólares

Fonte: The World Bank, World Development Indicators 2017.  
Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.CD.WT>.

## Fluxos financeiros internacionais: investimento direto estrangeiro (entradas líquidas)

1989 - 189.101 bilhões de dólares  
2008 - 2.444 trilhões de dólares  
2015 - 2.165 trilhões de dólares

Fonte: The World Bank, World Development Indicators 2017.  
Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/BX.KLT.DINV.CD.WD>.

Todavia, partir da eclosão da crise financeira iniciada nos Estados Unidos em 2008, a qual chegaria, três anos depois, ao sul da Europa e, mais recentemente aos países emergentes, todos os três indicadores deixaram, pioraram ou deixaram de ter a expansão exuberante verificada entre 1989 e 2008. O comércio internacional estancou. As finanças refluíram e se renacionalizaram. Já os regimes democráticos, além de terem visto seus números cair um pouco (em 2008, 46,1% dos países eram livres; em 2016, esse número desceu para 44,6%) passaram também a conviver com um número maior de regimes não livres e cada vez mais afirmativos e confiantes (em 2008, 21,8% dos países eram não livres; em 2016, esse número subiu para 25,1%).

Como se não bastassem as tendências mencionadas no parágrafo anterior, em 2016, a proposta de saída da União Europeia venceu um plebiscito na Grã-Bretanha e Donald Trump, empunhando bandeiras nacionalistas e nativistas, foi o ganhador da eleição presidencial nos Estados Unidos. O chamado *Brexit* e a eleição de Trump são fatos absolutamente chocantes para aqueles que sempre acreditaram na marcha irrevogável da globalização. Isso porque os dois eventos significam que os dois países que lideraram o processo de globalização pós-1989 decidiram, de uma hora para outra, dinamitar alguns dos pilares desta.

Estamos, então, vivendo a desglobalização? A expressão “desglobalização” soa muito forte no momento atual. Não que não possa acontecer, afinal, a desglobalização ocorreu entre 1914 e 1945, como visto acima. Apesar de todos os eventos negativos para a globalização ocorridos entre 2008 e 2016, o que está claro, hoje em dia, é que a globalização não se encerrou, mas, isto sim, estagnou-se.

A avaliação sobre o estado da globalização não pode ser completamente negativa porque, afinal de contas, um dos seus grandes motores, a China, continua comprometida com a expansão do livre comércio, como deixou muito bem claro seu presidente, Xi Jinping, no último encontro em Davos. Além disso, alguns analistas esperam que, ao longo de 2017, algumas eleições europeias, principalmente o pleito presidencial francês, tragam boas notícias. Por exemplo, se a disputa pelo Palácio dos Elísios for vencida por François Fillon ou Emmanuel Macron, dois candidatos cujas plataformas econômicas têm orientação liberal, e se Angela Merkel for reconduzida à chefia da chancelaria alemã, a globalização sairá, por assim dizer, estabilizada, porque os dois países líderes da Europa continental terão chefes de Executivo comprometidos com a manutenção da União Europeia e sua moeda, dois sustentáculos da globalização.

## Razões da estagnação da globalização

As razões subjacentes à estagnação da globalização são múltiplas. Em primeiro lugar, há que se destacar a crise financeira global iniciada em 2008. Ela levou ao que os economistas hoje chamam de “a grande recessão”. Com essa expressão, procura-se diferenciar os problemas econômicos do mundo atual daqueles vividos na década de 1930, quando o capitalismo mundial experimentou uma profunda depressão. Ainda que, hoje, os Estados Unidos e a Europa já tenham se recuperado da crise, esta deixou marcas profundas nas economias e nos eleitorados nacionais. A grande recessão acabou intensificando os piores efeitos da globalização nos países desenvolvidos.

Que efeitos são aqueles? O aumento da desigualdade econômica e a deterioração da renda e das perspectivas da velha classe operária do primeiro mundo, a qual viu seus empregos na indústria ou fugirem para a China ou serem destruídos pela digitalização e robotização das economias. Por conta disso, vários autores afirmam que a grande clivagem que hoje vigora na Europa e nos Estados Unidos não é mais a tradicional esquerda *versus* direita, mas, isto sim, vencedores *versus* perdedores da globalização.

Os perdedores da globalização no mundo desenvolvido também se viram abandonados politicamente, sobretudo pelos partidos de esquerda, os quais, historicamente, foram sempre seus principais representantes parlamentares. A esquerda, nas últimas décadas, abraçou causas intimamente ligadas a questões identitárias, como, por exemplo, direitos das mulheres, dos homossexuais, dos imigrantes e das minorias étnicas, deixando de lado sua velha agenda de lutas pela classe trabalhadora. A direita, por sua vez, abraçou excessivamente a ideologia de mercado e o projeto da globalização. Nas palavras do sociólogo português José Pedro Zúquete em recente entrevista ao

jornal *Expresso*: “Num contexto em que a chamada Direita se afastou da ‘nação’ ([em favor] dos mercados) e a Esquerda se afastou do ‘povo’ (cada vez mais o seu novo proletariado são os imigrantes, e as suas causas são cada vez mais as causas ‘fraturantes’ e dos direitos individuais) é de estranhar que as classes populares não se sintam representadas e abandonem, também elas, os seus antigos defensores” (ver -<http://expresso.sapo.pt/sociedade/2017-02-04-O-que-a-historia-dos-jornais-portugueses-nos-ensina-sobre-politicos-que-assustaram-o-mundo-1>). Aí está uma explicação concisa e precisa para os surpreendentes resultados eleitorais registrados na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 2016. Tais resultados expressam o despertar de forças profundas que estavam dormentes no mundo anglo-americano. Fatores contingentes e conjunturais também tiveram seu papel, como, por exemplo, a má qualidade das campanhas empreendidas tanto pelos defensores da permanência da Grã-Bretanha na União Europeia quanto por Hillary Clinton e pelo Partido Democrata nos Estados Unidos. A decisão do ex-primeiro-ministro David Cameron de convocar o plebiscito sobre o *Brexit* não era obrigatória, tanto do ponto de vista constitucional quanto do político. A vitória de Donald Trump nas primárias do Partido Republicano foi também algo absolutamente surpreendente, fruto, em última instância, da pusilanimidade das lideranças nacionais desse partido. Ou seja, fatores estruturais e contingentes se mesclaram para produzir os dois eventos que lançaram um véu negro sobre a globalização.

Por último, cumpre registrar que, se houver uma guerra comercial entre a China e os EUA por conta de decisões do governo Trump, o fim da globalização será iminente. E caso Marine Le Pen ganhe a eleição presidencial francesa e, depois, leve seu país a abandonar a União Europeia, esta estará arruinada, prenunciando também o fim da globalização.

## O Brasil e a estagnação da globalização

Como visto anteriormente, a estagnação da globalização tem implicado menores taxas de crescimento do comércio mundial, renacionalização dos fluxos financeiros, crescente assertividade dos regimes autoritários e o fortalecimento do nacionalismo, do nativismo e do populismo em várias regiões do mundo. Assim, têm-se Donald Trump nos Estados Unidos, *Brexit* no Reino Unido, Vladimir Putin na Rússia, Recep Edorgan na Turquia, Viktor Orbán na Hungria, Marine Le Pen na França, Beppe Grillo na Itália e assim por diante. Todos esses líderes convergem na defesa de protecionismo comercial, da suposta identidade primordial de seus povos e de posturas duras com relação aos imigrantes.

E o Brasil com isso? Em primeiro lugar, há que se reconhecer que o Brasil, em alguma medida, se beneficiou do auge da globalização porque a expansão do comércio e dos fluxos financeiros gerou oportunidades muito boas para nossos exportadores e um aumento dos investimentos externos no país. Sendo a China uma das principais locomotivas da globalização e tendo este país ampliado radicalmente suas importações do Brasil desde 2000, encontra-se aí mais um benefício auferido por nós. Porém, mesmo tendo o Brasil reduzido suas barreiras tarifárias desde 1990, o país continua sendo a mais fechada economia do chamado G20. Por mais que se diga que o Brasil adotou políticas neoliberais desde a última década do século passado, jamais fomos um modelo de economia aberta. O capitalismo brasileiro continua sendo dirigista e protecionista. Independentemente dos méritos e mazelas do modelo econômico brasileiro, cumpre reconhecer que, se o mundo entrar numa fase de protecionismo comercial, o Brasil não deverá ser muito afetado, por ser protecionista desde sempre.

Para analisar os efeitos do momento global atual sobre o Brasil, cabe também registrar o

declínio imperial norte-americano. Gostemos ou não, o Brasil se beneficiou da *Pax Americana* porque esta implicou, para nós, um menor gasto militar e, conseqüentemente, maior disponibilidade de recursos a serem investidos no desenvolvimento econômico e social doméstico. Ou seja, do ponto de vista da segurança internacional, o Brasil sempre pegou carona nos Estados Unidos, ainda que isso tenha reduzido consideravelmente nossa autonomia estratégica.

A ordem global vertebrada por Washington, baseada mais em regras do que no uso explícito do poder, também nos foi favorável porque a política externa brasileira se caracterizou, desde o fim da 2ª Segunda Guerra Mundial, pelo multilateralismo, legalismo, pacifismo e soberanismo. Conquanto o Brasil e os Estados Unidos tenham interesses divergentes e objetivos estratégicos muito distintos, sempre existiu alguma afinidade entre os principais móveis da nossa diplomacia e os grandes eixos da hegemonia mundial e regional estadunidense. Caso o Presidente Donald Trump tente, e logre, deslocar esses eixos, o Brasil terá que se adaptar.

A adaptação poderá ser custosa e não necessariamente bem-sucedida. Então, está claro que, se o atual momento de estagnação da globalização derivar para a desglobalização, há grandes riscos para um país com um perfil internacional como o do Brasil. Esses riscos implicarão também que Brasília deverá se envolver mais em questões de segurança internacional – coisa à qual tem sido muito relutante – para defender seus interesses nacionais e internacionais.

O momento atual de estagnação da globalização, cuja epítome é a hostilidade do governo Trump ao México e ao NAFTA, também abre oportunidades ao Brasil. Isso porque o estilo e as políticas do novo inquilino da Casa Branca muito provavelmente fortalecerão o nacionalismo na América Latina, o que, por sua vez, poderá favorecer a cooperação entre o Brasil e alguns importantes países latino-americanos que têm sido distantes de nós. São os casos da Colômbia e do México, nações que, até o momento, mantêm uma íntima relação com Washington.

Em suma, como toda grande mudança no sistema internacional, o referido momento oferece riscos e oportunidades ao Brasil.

**Octavio Amorim Neto**, doutor em Ciência Política pela Universidade da Califórnia (campus de San Diego), é professor associado à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Seus trabalhos foram publicados em diversas revistas científicas internacionais. É autor de *De Dutra a Lula: A Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira* (Rio de Janeiro: Campus, 2011) e de *Presidencialismo e Governabilidade nas Américas* (Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006); e co-organizador de *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa* (Lisboa: ICS, 2009) e de *Brasil y México: Encuentros y Desencuentros* (México: Secretaría de Relaciones Exteriores, 2005). Já foi agraciado com prêmios da Associação Brasileira de Ciência Política e da Associação Americana de Ciência Política. Suas linhas de investigação caracterizam-se pelo estudo de instituições políticas comparadas, política doméstica e política externa brasileira e latino-americana, e relações civis-militares e política de defesa.

# O CONTROLE EXTERNO E AS CONTEMPORÂNEAS PRÁTICAS DE CORRUPÇÃO

Sérgio da Silva Mendes



Como se tem amplamente noticiado, estamos investigando escândalos e todos os dias temos novas revelações sobre eventos de corrupção praticados contra o Estado. Um mal que, embora em graus diferenciados, espalha-se por várias nações de todos os continentes.

Exatamente em momento no qual o Tribunal de Contas da União está diante de grandes desafios, decorrentes da necessidade de fiscalizar novas modelagens na área de concessão em infraestrutura e logística, com investimentos que ultrapassam a casa dos 100 bilhões de reais. Além disso, tem sob sua responsabilidade o controle da execução do orçamento com despesas fixadas na ordem de 3 trilhões de reais.

Para aumentar a tragédia, estamos em época de reformas previdenciária e trabalhista, de supressão de direitos tendo como fundamento o discurso da insuficiência de recursos e do déficit crescente, bem como o da necessidade de modernização da economia.

Acoplado a isso, há o influxo midiático, como a divulgação de um suposto rombo de 258,7 bilhões em 2016<sup>1</sup>. Ocorre que o Governo havia divulgado um déficit de 150 bilhões em janeiro deste ano, injetando no cálculo benefícios com caráter tipicamente assistencial e não previdenciário. Informações pela metade, como a omissão de que a previdência urbana apresentava **superávit** anual de R\$ 32 bilhões e a rural **déficit** de R\$ 86 bilhões<sup>2</sup>. Essa guerra de informação e contrainformação não será objeto deste artigo.

O fato concreto é que bilhões de reais são gastos indevidamente todos os anos decorrentes de fraudes e ineficiência dos controles da previdência social.

<sup>1</sup> "Governo divulga rombo de R\$ 258,7 bi da Seguridade Social e defende reforma".

<sup>2</sup> Fonte: Fluxo de Caixa do INSS; Informar/Dataprev. Elaboração: SPPS/MPS. Referência março/2015.

Por exemplo, o Tribunal de Contas da União detectou que *problemas no cancelamento de benefícios previdenciários em razão de óbito do segurado têm ocasionado pagamentos indevidos com prejuízos potenciais de cerca de R\$ 2 bi aos cofres públicos*<sup>3</sup>. Foram mais de 33.104 benefícios ativos com indícios de óbito do titular. Em outros cruzamentos de dados, os quais demonstram a fragilidade dos sistemas do INSS, o Tribunal de Contas detectou milhares de benefícios com indícios de concessão fraudulenta, encaminhando a relação dos mesmos para apuração pelo INSS. Ocorre que o órgão previdenciário tem dado indícios de exaustão de sua capacidade de análise, colocando as fraudes na longa fila de apuração, solicitando do Tribunal o represamento das informações devido à sua incapacidade operacional. Com isso, sérios indícios de fraude se perpetuam até que o Estado decida pelo combate efetivo.

Uma saída monumental: reformas na Constituição são mais fáceis, abstratamente, que o combate à corrupção, dada a dimensão da mesma. A supressão de direitos é bem mais simples e opera de cambulhada.

Essas frases soam torpes, e as centenas de bilhões que escoam pelos ralos estatais como decorrência dos desvios requerem, certamente, uma ordem cronológica de reformas diversa da que vem sendo empreendida. O Coordenador da Operação Lava Jato, Procurador da República Deltan Dallagnol, estima que a corrupção desvia R\$ 200 bilhões por ano no Brasil<sup>4</sup>.

Dito isso, faremos a aproximação ao tema em quatro momentos distintos, com o objetivo de sistematizar esta exposição.

<sup>3</sup> Vide notícia com esse título no sítio do TCU.

<sup>4</sup> <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/corruptao-desvia-r-200-bi-por-ano-no-brasil-diz-coordenador-da-lava-jato/>

Em primeiro lugar, (i) abordaremos o conceito filosófico de corrupção. Após, e diante da constatação de que essa conceituação permanece por demais abstrata, falaremos sobre (ii) o conceito biológico de corrupção, demonstrável por algumas formas pelas quais esta tem se manifestado. O terceiro momento são os paradoxos a que estamos sendo levados na modernidade. Estamos diante de uma aporia (iii) fechar as brechas para os corruptos através de um direito arcaico, excessivamente burocrático e ineficiente, ou deixar abertas as portas do poder discricionário, por onde navegam os corruptos em águas mansas. Por fim, cientes que há um erro nessa dicotomia, (iv) tentaremos alinhar algumas saídas que o Tribunal de Contas da União entendeu adequadas para o enfrentamento dessa mazela que acompanha a humanidade desde os seus primórdios, embora ainda algumas concepções ainda estejam em carácter embrionário ou frente a decisões tradicionais de custo x benefício ou problemas jurídicos de aceitação.

### **(i) O conceito filosófico de corrupção.**

Para Aristóteles, “a corrupção é uma mudança que vai de algo ao não-ser de algo; é absoluta quando vai da substância ao não-ser da substância, específica quando vai para a especificação oposta” (Física, V, 225 a 17). Segundo ele, trata-se de uma das quatro espécies de movimento substancial, em virtude do qual a substância se gera ou se destrói. Portanto, a corrupção é um não-ser, uma negação radical das virtudes.

Neste sentido, corrupção, na Constituição, não é uma categoria jurídica fechada. É um estado amplo de compreensão de atos contrários aos mais valiosos

valores constitucionais. É uma negação, um não-ser constitucional. Isso porque, ela, Constituição, usa o termo corrupção apenas uma vez (§ 10 do art. 14): “§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude”. Já o conceito improbidade comparece 3 vezes no Magno Texto<sup>5</sup>.

De forma idêntica, o conceito constitucional de ética é uma expressão do senso comum, que está grafada na Constituição (“Art. 221. A produção e a programação das emissoras de rádio e televisão atenderão aos seguintes princípios: IV - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.”). Já o conceito de moral ganha outra roupagem constitucional, figurando por 12 vezes em seu texto<sup>6</sup>.

Daí que corrupção e ética são conceitos que excedem, que não se deixam aprisionar por definições legais. A improbidade e a moralidade não podem, tal como as margens de um rio, aprisionar seus cursos.

A corrupção e a ética são contrários que se ‘harmonizam’, no sentido de que um é a negação do outro. E assim permitem a mútua compreensão (a corrupção é um não-ser ético, a ética é um não-ser corrupto).

Definir a ética é um desafio e depende das correntes filosóficas pelas quais navegam as definições. Spinoza colocava a ética em um “mundo de pureza

racional”, o qual é tão difícil como raro. Para ele, perguntar por que devo ser ético é o mesmo que perguntar por que devo seguir meus próprios interesses. A ética, portanto, seria útil, sendo que podemos desejar honestamente (*Tractatus Theologicus-Politicus* 3:46): 1º) entender as coisas por suas primeiras causas; 2º) adquirir o hábito da virtude ou dominar as paixões, 3º) viver em segurança com um corpo são.

Como já se pode perceber, definir corrupção é uma tarefa das mais difíceis. Por exemplo, para o eudemonismo as ações éticas são aquelas que conduzem o humano à felicidade. Isso exigiria definir o conceito de ‘felicidade’, o qual, segundo o epicurismo, passa por uma vida distante das paixões humanas. Portanto, tudo que for bom para o espírito será ético, e tudo que vier para os prazeres mundanos será corrupto.

O fato é que, assolados por ela, corrupção, deixamos de exigir a ética. Como que descrentes, nas palavras de Hannah Arendt em seu *Homens em tempos de obscuridade*: “a história conheceu muitos períodos de tempos de obscuridade, nos quais o âmbito público resultou ensombrado e o mundo se tornou tão duvidoso que não pedimos à política outra coisa que não seja demonstrar a devida consideração por nossos interesses vitais e pela liberdade pessoal”. Uma espécie de desesperança acoplada à doutrina da corrupção como decorrente do pecado original (o determinismo do homem decaído). Mas o lugar dos corruptos não seria na terra, Dante Alighieri reserva aos corruptos o oitavo círculo do inferno.

Contudo, nossa Constituição permite lançar luzes sobre a corrupção e, com isso, conhecer os corruptos. E vamos ao “ser” que está no preâmbulo da Cons-

<sup>5</sup> Art. 15. É vedada a cassação de direitos políticos, cuja perda ou suspensão só se dará nos casos de: V - **improbidade administrativa**, nos termos do art. 37, § 4º. Art. 37. § 4º - Os atos de **improbidade administrativa** importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

ADCT. Art. 97. § 10. No caso de não liberação tempestiva dos recursos de que tratam o inciso II do § 1º e os §§ 2º e 6º deste artigo:

III - o chefe do Poder Executivo responderá na forma da legislação de responsabilidade fiscal e de **improbidade administrativa**;

<sup>6</sup> Art. 5º, incisos V, X, XLIX e LXXIII. Art. 12, alínea ‘a’. Art. 14, § 9º. Art. 37. Art. 73, § 1º, inc. II. Art. 114, inc. VI. Art. 119, inc. II. Art. 120, § 1º, inc. III.

tituição, numa espécie substrato ético de toda sua vontade. E por que o preâmbulo? Como já dizia o Presidente Argentino Mitre (1862), “as constituições sem preâmbulo são como templos sem pórticos” e, ainda, “como doutrina, o preâmbulo é um corolário, como preceito, afirma as partes dispositivas, como comentário, esclarece os casos duvidosos, como declaração de princípios dá conteúdo filosófico à Constituição”.

Pois bem, em síntese, o corrupto atenta como “um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”.

### **(ii) O conceito biológico de corrupção, demonstrável por algumas formas pelas quais esta tem se manifestado.**

Como visto, por mais esforços que façamos, o conceito filosófico de corrupção traria uma solução idealizada. Dito de outra forma, para sua superação deveríamos impor a todos um estilo de vida. Definir juridicamente a corrente hedonista a ser seguida pela sociedade brasileira e, depois, impô-la através de um conjunto de regras para a vida boa pré-selecionada.

Cremos, efetivamente, que o conceito biológico de corrupção é mais pragmático, pois operativo. Conceito esse que nos veio em forma de *insight* após contemplar as práticas contemporâneas de malversação.

Em primeiro lugar, a corrupção aprendeu a trabalhar com comissionamentos ilícitos entre 1 a 3 %. Com isso, criou-se uma camuflagem para despis-

tar as auditorias do Tribunal de Contas, inviabilizando a tipificação dos valores contratados como ilícitos de sobrepreço ou superfaturamento. Para trabalhar com percentuais assim reduzidos vitimaram contratos bilionários, o que é mais factível nas empresas estatais.

E é exatamente nas estatais que encontram um ambiente propício para proliferar, porquanto nossa Constituição determina para elas, em especial as que exploram atividade econômica, a elaboração de lei específica de licitações mais flexíveis<sup>7</sup>.

Deu-se no Brasil o fenômeno tão bem doutrinariamente trabalhado nesta Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa pela Professora Maria João Estorninho (in A Fuga para o Direito Privado) e pelo Professor Vasco Pereira da Silva (Em busca do Acto Administrativo Perdido). As necessárias flexibilizações competitivas do Direito Administrativo são aproveitadas para práticas nada republicanas.

A corrupção ambientou-se em entes regidos pelo direito privado e, alguns destes, fora do alcance da jurisdição do Tribunal de Contas da União. Por exemplo, o Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento da Ação Penal 470, viu-se diante de malversação de dinheiro da Visanet, uma empresa criada pela Visa, com capital dela própria, distribuído a bancos que operavam com sua bandeira. O dinheiro não é público, mas passa por pessoas que utilizam de uma posição dentro do Estado para abocanhá-los<sup>8</sup>.

Outras entidades fora do Estado, mas que estão de alguma maneira sob sua influência, tal como os fundos de pensão ligados a empresas estatais, estão em

<sup>7</sup> Vide Lei 13.303/2016.

<sup>8</sup> Conduta tipificada no Código Penal: art. 312, §1º, c/c o art. 327.

más condições financeiras por condutas administrativas pouco abonáveis.

Não bastasse isso, vivemos em uma época de globalização do fenômeno da governança, o qual vem acompanhado de novas formas de contratação com a Administração Pública.

A propósito, podemos citar as parcerias público-privadas, os contratos de gestão e as relações com o terceiro setor, nomeadamente as organizações sociais, cuja legislação é caracterizada pela flexibilidade e pela baixa densidade normativa (*soft law*), pois está baseada em princípios, em diretrizes e na reabilitação do poder discricionário.

Esse Novo Direito Administrativo, como ensina *Eberhard Schmidt-Assmann*, está inserido em um modelo de democracia experimental, caracterizado: a) pela ductibilidade das regras de modo que se adaptem facilmente à realidade; b) pela inventividade na construção de novos modelos; c) na tomada de decisão; d) e pela aprendizagem na admissão do erro como algo a ele intrínseco.

Para esse estudo, basta dizer que Niklas Luhmann e Gunther Teubner abordaram a autopoiese em seu aspecto virtuoso, cabendo aqui pensar a corrupção como alopoiese decorrente de uma endemia e nas formas de combate, para muito além do sistema binário por eles acreditado.

Segundo esses jusfilósofos alemães, o sistema do direito, assim como outros (economia, sociedade), só sobreviveria se fosse autopoietico. Simplistamente, os influxos do ambiente ingressariam no sistema jurídico após traduzidos para sua linguagem e dialeticamente submetidos a um controle binário do tipo lícito ou ilícito.

O interessante é que esse *insight* lhes veio da biologia, a partir das pesquisas

de Maturana e Varela, para quem os seres vivem e interagem com o ambiente e nesta relação vão se adaptando, criando mecanismos de mudanças relacionados à sua própria estrutura.

Para Varela, antes de sua guinada fenomenológica, o sistema cognitivo é explicado pelos *inputs* do mundo externo, submetidos a um processo lógico-circular (rede de processos físico-químicos que opera de modo recíproco e indissociável do meio circundante)<sup>9</sup>. Então, sistema cognitivo e mundo circundante não têm precedência, são co-originais, definem-se mutuamente e são correlatos.

Esse movimento leva-o a colocar acento na ação e não na representação, o que lhe permitirá entender a cognição em atividade<sup>10</sup>. Enquanto Piaget centrava-se nas estruturas da consciência e no sistema operatório lógico, Varela centra-se na observação e análise do fluir da conduta. O entorno, enquanto participante no processo, perturba (cria problemas) e coloca em ignição o processo cognitivo, mas não informa decisivamente. Pelo que se pode falar em composição com o meio. O acoplamento do sujeito (sistema cognitivo) com o meio circundante (domínio cognitivo). Temos, portanto, não o darwinismo dogmatizado, que influenciou Dewey e James, mas um criacionismo humano (o sujeito criador de mundos). E o corrupto é inventivo, buscando trabalhar o mundo de forma a permitir suas práticas.

A guinada se dá quando Varela formula o conceito de enação<sup>11</sup>, cujo significado é “interpretar” e “configurar o

<sup>9</sup> Humberto Maturana e Francisco Varela. *Autopoiesis and Cognition*. Massachusetts: The MIT Press, 1997.

<sup>10</sup> Humberto Maturana e Francisco Varela. *A árvore do conhecimento*. Campinas: Psy, 1986.

<sup>11</sup> Francisco Varela, Evan Thompson e Eleanor Rosch. *A mente incorporada*. Porto Alegre: Artmed, 2003.

mundo”. Guinada essa guiada pela leitura que Varela fez de Merleau-Ponty (centradamente *A Estrutura do Comportamento e Fenomenologia da Percepção*). Sob o pressuposto da cognição não neural (o sistema imunológico, por exemplo), constrói os conceitos de memória e reconhecimento, o que faz para superar o dualismo sujeito-história. Como se a história entrasse indivíduo a dentro, influenciando na biocorporeidade. Em suma, o corpo cognitivo é situado e moldado em sua história (existência), estando, portanto, inseparável de seu domínio. Há uma base ontológica, que Varela denomina de representação em sentido forte, fundada no pressuposto ontológico do mundo como já dado [onde habita o corrupto] e no pressuposto epistemológico da atividade cognitiva baseada em representações que, por sua vez, baseiam a conduta [a tentativa de molestar esse mundo, abrindo-lhe feridas]. Segundo Varela, não é preciso recorrer ao fundamento do mundo dado para justificar a experiência, pois nela mesma se encontram as regularidades e as transformações pela via dos **breakdowns** (pane, colapso, desagregação).

A corrupção trabalha sob a mesma lógica. Tal como as bactérias e os vírus, todas as vezes que ministramos remédios jurídicos o corrupto adapta-se ao ambiente e passa a laborar sobre várias outras formas, na ‘luta para sobreviver’.

Reitere-se, contemporaneamente estamos diante de um **habitat** ideal à proliferação da corrupção. Daí veio o **insight**, pois o corrupto é um ser biológico, que atua sob a lógica das doenças e das bactérias. Em palavras outras, atacam os organismos, ficam latentes, adaptam-se a mudanças nos ambientes, criam multirresistências às medidas para sua elimina-

ção. Em uma frase: a corrupção deve ser pensada epidemiologicamente.

**(iii) A falaciosa opção entre fechar as brechas para os corruptos através de um direito arcaico e ineficiente, ou deixar abertas as portas do poder discricionário, por onde navegam os corruptos em águas mansas.**

Estaríamos diante de uma saída monista ou de outra dualista?

A primeira, monista, seria banir os conceitos de eficiência, de eficácia e de economicidade, pois eles requerem espaços decisórios de razoabilidade e de proporcionalidade, ou seja, a ampliação do poder discricionário. A base seria retirar completamente a liberdade do administrador, adotando sempre saídas objetivas e predeterminadas, não importa se descompromissadas com a eficiência estatal. A conhecida técnica de jogar fora o bebê junto com a água da bacia.

Por exemplo, os Fundos de Pensão, como Petrus e Postalis, foram abalroados pelos prejuízos decorrentes de operações suspeitas, como investimentos em empresas “amigas” da elite política dominante. Investimentos desastrosos, seguidos de quebras e prejuízos monumentais. A saída para que isso não se repita seria: os recursos arrecadados só podem ser aplicados em poupança e, mesmo assim, em banco oficial, não importa a existência de outros com maior rentabilidade, tanto pela opção do onde investir, como decorrente da competição entre bancos para atrair clientes.

Outra solução, seria banir completamente as regras de mercado das decisões das empresas estatais que operam na economia, retirando-lhe a competi-

tividade através de extensos mecanismos burocráticos de contratação. Não sendo isso possível, a solução única, monista, seria privatizar. Mesmo assim permaneceria o problema da captura das agências reguladoras.

Noutro giro, teríamos as soluções dualistas, baseadas na compreensão da realidade em dois princípios básicos (eficiência e corrupção), os quais, embora antagônicos, padecem de coexistência irreduzível. A questão seria de custo de oportunidade, pois embora a corrupção seja inerente a esse modo de atuar, a liberdade traz mais benefícios que os prejuízos por ela causados. Um evidente apelo à filosofia do utilitarismo de resultados.

Certamente que estamos a falar de um cenário de economia globalizada, remetendo a decisões estatais tomadas nesse ambiente. Além do mais, estamos a tratar do denominado Direito Privado Administrativo, no qual as relações entre Direito e Economia são evidentes.

Em recente entrevista, o economista Alexandre Scheinkman falou sobre os problemas atuais da economia brasileira. Segundo ele, em passado recente de abundância de capitais, recursos foram canalizados para o Brasil em investimentos de infraestrutura, mesmo com projetos mal fundamentados e em ambiente regulatório inadequado. O resultado só poderia ser ineficiência (o Brasil patinou, enquanto China e Coreia do Sul experimentaram ganhos de produtividade superiores a 50% nos últimos 20 anos) e problemas a gerenciar (renegociação de contratos, projetos que se arrastam, custo Brasil elevado). Não bastasse isso, onde somos produtivos, os ganhos “escoam pelas vias de escoamento de produção”. Produzimos milho a preços

inferiores aos dos Estados Unidos, mas as vantagens se perdem nas estradas, ferrovias e portos.

Como visto, o papel do Estado é central para o trato da questão. Uma vez que não nos é dado demorar sobre a história do Direito Administrativo, sugiro a leitura da segunda parte do primeiro capítulo do livro de Hartmut Maurer (*Allgemeines Verwaltungsrecht*). Para esta exposição basta lembrar que o Direito Administrativo ganhou seus contornos no século XVII, quando as monarquias absolutas criaram um ramo jurídico capaz de promover o controle das forças burguesas crescentes. Proliferaram normas e regulações tendentes a controlar as vidas econômica e privada. Sempre presentes os conceitos de soberano, súdito, imperatividade, entre outros. Mais tarde veio a necessidade de contenção desse Leviatã através da construção de diques de contenção. Paradoxalmente, dois desses diques agora se apresentam como entraves para a agilidade da Administração frente à modernidade complexa e altamente dúctil. Falo do princípio da legalidade administrativa e a redução gradual da discricionariedade.

Somos obrigados a perceber que os conceitos do direito administrativo clássico, construídos para a sonolência dogmática e para a proteção do Estado contra o cidadão, não dão conta do dinamismo dos mercados. Nesse cenário, os órgãos de fiscalização, como o Tribunal de Contas da União, são levados a transitar das meras análises da conformidade dos meios (o controle das normas licitatórias) para o controle da governança (a própria modelagem das políticas públicas e o controle por resultados da gestão) e a edificação de mecanismos de inteligência do trato da informação, de modo a

lidar com as modernas práticas de corrupção e um ambiente complexo e gigantesco.

Não houve outra saída para o Tribunal de Contas da União, senão prestigiar os princípios constitucionais da eficácia, eficiência e economicidade, na aceção de que o Estado serve à sociedade, devendo haver espaços de decisão que maximizem recursos escassos e os resultados decorrentes de sua aplicação.

Como sabemos, a Atividade Fiscalizatória tem impactos no desenvolvimento econômico, porquanto constroem horizontes jurisprudenciais e criam expectativas nos investidores. Decisões conflitantes, flagrantemente publicistas (no sentido da máxima proteção do Estado), altamente mutáveis e de baixa consistência argumentativa atuam negativamente sobre o comportamento do mercado.

Em diversas decisões recentes, o TCU resolveu pela hermenêutica das normas de concessões e parcerias público privadas a partir dos Princípios da Ordem Econômica, superando a rigidez do isolamento nos Princípios do Direito Administrativo clássico. A tese pode ser vista no Acórdão 402/2013 exarado pelo Plenário. Fugindo da tentação publicista de colocar tudo dentro da categoria serviços públicos, empreendeu-se interpretação sistemática da Constituição para afirmar que os terminais portuários podem ser caracterizados como atividade econômica, sujeitos às normas de direito privado. Isso porque nos terminais de uso misto os agentes econômicos contratam livremente a prestação de um serviço, em evidente relação de direito civil. Ao Estado fica o papel de regulador, permeando o econômico com os valores da justiça social. Lembremos das palavras de Galbraith, grande economista dos qua-

dros de Harvard, quando afirmava que o Direito Administrativo Econômico tinha uma dupla função: garantir os direitos das pessoas e permitir uma economia sadia através do estímulo da competência como fator da produção e riquezas e do bem-estar.

Embora existam outras, traremos tão somente mais uma relevante posição do TCU em nome do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. Trata-se do reconhecimento da baixa densidade normativa das Leis de Concessões e Permissões, permitindo agilidade para a compatibilização das normas através dos Regulamentos. Tais espaços legais propositadamente pouco densificados estão conforme a opção constitucional e legal pela regulação por conduto de agências autônomas, ou seja, a troca das opções políticas pelas decisões técnicas. Tal competência dispositiva inerente à ideia das agências (poderes implícitos ou imanentes), ou mesmo deixada explicitamente no texto da lei, é plenamente aceita no direito comparado e pelo Supremo Tribunal Federal, que reconheceu uma espécie de “reserva de administração especial”, na adjetivação dada por Luís Cabral de Moncada ao lado da “reserva de parlamento”. Esse espaço da atuação, presente na administração econômica, “área de manifesta aptidão administrativa”, tem reflexo imediato nos limites abertos pelo legislador ao poder regulamentar. Afirmamos que não se pode olhar o poder regulamentar como uno para todas as matérias postas na competência do Presidente da República. Pois, como diz Hartmut Maurer, a característica dos domínios da administração prestadora ou de infraestruturas é a do maior grau de discricionariedade e a menor densificação legislativa.

Como se observa, diante de uma tessitura onde as normas são mínimas e a liberdade do administrador ampla, cria-se uma espécie de área de baixa imunidade, que pode ser colonizada pelas bactérias da corrupção.

**(iv) Saídas adequadas para o enfrentamento, pelo Tribunal de Contas da União, das práticas modernas de corrupção: a fórmula do ambiente inóspito inibidor da multirresistência.**

Não há outra saída a não ser reconhecer que estamos no fim da era do direito administrativo para o Estado, transitando para um direito administrativo de governança ou da Administração Infraestrutural do Estado Pós-Social, na acepção de Heiko Faber. O que requer um repensar as competências do Tribunal de Contas da União: como reconstruir a atividade fiscalizatória para dar conta da agilidade dos mercados concorrenciais em regime de crise econômica mundial ainda persistente? Como participar da construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza; reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos (art. 3º da Constituição)?

Sabedores de que o direito está a serviço da humanidade e não a humanidade a serviço do direito, nenhuma aplicação da norma pode gerar prejuízos maiores que os valores pretensamente defendidos. E se realmente levamos os conceitos de governança a sério, devemos estar dispostos a aceitar os novos desafios, pois no século XXI, o direito administrativo é pautado pela retomada da discricionariedade, liberdade, experimentalismo e criatividade. Aprendizagem é, por-

tanto, o eixo central que move o futuro. E ele depende de nossa capacidade de tirar lições com os erros já cometidos, criar soluções e construir o novo.

Europa e Estados Unidos mudaram suas leis para permitir maior flexibilidade quando das escolhas públicas. Estão em nítida vantagem competitiva em relação a nós, também pelo modo como aplicamos o direito. E o mal direito, nas palavras de Bullard, não gera apenas injustiça, mas também o subdesenvolvimento.

Vivemos uma nova era da responsabilidade administrativa. Diante desse quadro global, como inibir as modernas práticas de corrupção sem retornar ao direito decaído. Pergunto: a saída é mais burocracia? Uma primeira resposta, de ordem pragmática, seria logo negativa. Perderíamos competitividade em função de modelos de outros países, onde se tem menos norma e mais liberdade de ação.

Entretanto, a necessidade de desenvolvimento não pode dar refúgio à corrupção, como algo inexorável, incontornável.

Se por um lado a experiência mostra que no excesso de burocracia também habita o corrupto, por outro, a agilidade e a eficiência do serviço público não podem ser um bem a ser ilicitamente negociado. O segredo, portanto, está na calibragem, na sintonia fina, pois existe um ponto ótimo para a dosagem do Estado burocrático. Nem excesso, nem ausência.

Por isso mesmo, estabeleceu-se o direito fundamental a **uma vida livre de corrupção**. Para sua concretização, vincula-se a **public choice** ao modo como o desenho dos programas anticorrupção afetará a população em situação de vulnerabilidade. O prefácio à Convenção da Justiça Criminal sobre a Corrupção do Conselho da Europa resume bem tais efeitos:

“A corrupção ameaça o império da lei, a democracia e os direitos humanos, solapa a boa governabilidade, a honestidade e a justiça social, distorce a competência, obstaculiza o desenvolvimento econômico e põe em risco a estabilidade das instituições democráticas e os fundamentos morais da sociedade.”

A corrupção mata, pois ocasiona a falta de medicamentos, equipamentos e materiais hospitalares. Deseduca, pois desvia merenda escolar, adquire produtos de baixa qualidade e constrói salas de aula sem as mínimas condições para o ensino. Aprofunda o abismo social, pois impede a implementação de ações afirmativas. Ninguém pode negar carecer esta de efeito redistributivo, pois retira a riqueza da sociedade e a coloca nas mãos de quem não tem o direito de a usufruir. Nesse sentido, inviabiliza as gerações presente e futura.

Aqui nos veio outro *insight*, agora a partir de Derrida. Segundo ele, a *Democracia por vir* é uma acontecibilidade imprevisível e, por isso, desconhecida para nós, Derrida reflete sobre a democracia com enfoque em suas negações (exceções, limitações). Os riscos: tudo no mundo real será flexível, porquanto o universal *ainda não veio*, inexistindo profilaxia segura contra os mecanismos auto-imunitários.

Para nós, as conclusões de Derrida trazem um problema de tonicidade. Como visto, coloca acento nos mecanismos auto-imunitários, pois não possui elementos para reconstruir a democracia que desconhece (*por vir*, irrealizável).

Mudemos a tonicidade. Promessas cumpridas como decorrência de nossos tropeços civilizatórios. Pelo que a *Democracia que já veio* possui um *mínimo se-*

*mântico* presente em todas as línguas como um léxico da razão<sup>12</sup>. A democracia está aberta ao cálculo (ao razoável), a admitir contradições internas na democracia<sup>13</sup>. De outra, também está fechada ao cálculo em relação a alguns de seus elementos (mínimo semântico).

E qual o *insight*? Devemos calcular um espaço de combate a corrupção, que respeite os direitos fundamentais (sigilos, devido processo etc.), a partir do conhecimento passado, sob os riscos da inevitável conformação do presente, mas, ao contrário de Derrida, e diante do caráter epidemiológico do combate à corrupção, admitir sim as oportunidades da flexibilidade do mundo real e, a partir das incertezas do futuro, criar incertezas que gerem insegurança e temor no ambiente da corrupção. Esse é um ambiente pretendido para o futuro, ainda que sempre em mutação. Ao que denominamos de **fórmula do ambiente inóspito inibidor da multirresistência**.

O Tribunal de Contas da União deve criar mecanismos para alterar as condições ambientais de forma permanente, de modo a impedir que a corrupção crie resistência aos remédios aplicados, adaptando seus mecanismos de desvio a uma realidade de controle inerte.

A Lei Fundamental Brasileira reservou ao Tribunal uma seção do Capítulo referente ao Legislativo. Também, temos uma Lei Orgânica que reproduz as competências constitucionais e as complementa com outras destas derivadas. Nossas atribuições incluem desde apreciar as contas prestadas anual-

<sup>12</sup> Jacques Derrida. *El "mundo" de las luces por venir (Excepción, cálculo y soberanía)*. Canallas. Madrid: Trotta, 2005, p. 183.

<sup>13</sup> Michel Vanni. *Démocratie à venir?*. Conférence prononcée à Strasbourg le 13 mars 2004 lors colloque "l'exclusion démocratique", p. 3-4.

mente pelo Presidente da República até sustar a execução de ato impugnado. No campo das sanções, podemos condenar os responsáveis em débito, aplicar-lhes multas proporcionais ao dano, inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão, declarar a inidoneidade de empresas para licitar e decretar a indisponibilidade de bens no curso do processo de tomada de contas.

É um potente arsenal, mas para ter acesso a ele precisamos de conhecimento e informação. Capacidade de detecção e prevenção de práticas corruptas.

Apesar de não possuímos instrumentos de apuração como as quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico, devemos desenvolver mecanismos de controle de modo a anteciparmos os riscos.

Aqui nos encaminhamos para o final deste escrito, dando exemplos desse ambiente inóspito, em constante alteração, inibidor da multirresistência da bactéria **diafthorá**. Esse ambiente é construído a partir das novas tecnologias da informação, acopladas a capacidade (expertise e criatividade) dos auditores do TCU em seu uso.

Um exemplo. O Tribunal de Contas da União está a utilizar o georeferenciamento, com a finalidade de calcular matematicamente o volume de movimentação de terra em obras públicas. Todos sabem que terra movimentada no passado é de difícil conferência no futuro. Essa técnica utiliza de satélites e drones para a captação de imagens e programas informáticos para cálculo da área de terra movimentada. Uma tecnologia cara, mas um potente instrumento de persuasão e de inibição. Não sabedores para onde o TCU estará direcionando sua atenção, os malversadores serão intimidados pela incerteza de controle.

Certamente o uso da ferramenta não será uma questão de benefício concreto versus seus custos elevados (mas em redução), pois não se possui um arsenal de armas nucleares para exterminar a Terra.

Fechada a porta, certamente tentarão criar outra saída para as práticas ilícitas.

Outra prática de controle foi construir ao longo dos anos um extenso banco de dados com informações a serem manuseadas, cruzadas e potencializadas pela sobreposição das mesmas. Trabalha-se sob a concepção de **Big Data**, manipulando dados estruturados e não estruturados, bem como a análise semântica de textos.

Exemplificando, caso determinadas palavras apareçam em um dado documento público, será um indicativo de ilícito. Quando das eleições, cruzando dados, o Tribunal de Contas detectou pessoas falecidas ou beneficiárias do bolsa família fazendo doações eleitorais. A mesma técnica foi utilizada para detectar milhares de benefícios da previdência pagos a falecidos.

Um ensinamento da Europa, é a criação de uma espécie de observatório da burocracia, de modo a identificar aquelas práticas que tão somente se prestam à ineficiência e à corrupção.

Para implementar o controle social, por meio da participação do cidadão, o Tribunal pretende induzir, em trabalho conjunto, a implantação do Governo digital, tornando concreta as formas de transparência dos gastos públicos e de participação **on line** do cidadão.

Incorporamos novas técnicas de auditoria financeira, de modo a permitir fiscalizações prescritivas e preditivas e prevenir a prática do ilícito. Esta a

melhor estratégia para combater a corrupção sob todas de suas modalidades.

Criaram-se laboratórios de Tecnologia da Informação e Comunicação, a fim de construir novas modelagens de controle e estabelecer um constante processo de aprendizagem.

Espero ter contribuído em alguma medida para criar aqui um ambiente de reflexão e debate sobre o tema aqui tratado, deixando como última mensagem que, assim como os antibióticos, as técnicas de combate à corrupção devem ter “gerações”. Atentos ao fato de que o uso de uma ferramenta traz a necessidade de criar nela variações internas ou novas téc-

nicas de detecção de falhas concretas ou potenciais.

Terminamos por onde começamos e, tal como demonstramos acima, vivemos um momento paradoxal e repleto de contradições. Em situações difíceis como as ora vividas é que se apresentam as grandes oportunidades de guinadas e melhorias nos métodos de combate à corrupção, permitindo, assim, a efetivação progressiva dos direitos fundamentais e a não supressão de direitos sem que antes os rombos nas adutoras dos recursos públicos sejam reparados.

*Brasília, verão de 2017*

### **Sérgio da Silva Mendes**

Diplomado em Derecho Administrativo Sancionador pela Universidad de Valladolid/Espanha. Doutor em Filosofia pela Universidade Gama Filho. Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho. Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental pela Escola Nacional de Administração Pública. Bacharel em Direito pela Universidade Tiradentes. Bacharel em Administração pela Universidade Federal Fluminense.

Ex-Diretor da Divisão de Ações Judiciais do Tribunal de Contas da União - TCU. Ex-Consultor Jurídico Substituto do TCU. Ex-Assessor de Ministro do Tribunal de Contas da União Raimundo Carreiro. Ex-Assessor de Ministro do Supremo Tribunal Federal Ayres Britto. Ex Chefe de Gabinete do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal Ayres Brito. Auditor Federal de Controle Externo. Assessor e, mais tarde, Chefe de Gabinete do Ministro Cedraz. Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União. Atualmente é Secretário de Recursos Processuais do Tribunal de Contas da União.

Pesquisador da Universidade Católica de Petrópolis/CNPq, temática Fundamentos da Justiça e dos Direitos Humanos.

Professor de Cursos de Pós-graduação do Instituto de Educação Superior de Brasília – Iesb.

Membro do Centro Brasileiro de Estudos Constitucionais do Centro Universitário de Brasília - Uniceub, presidido pelos Ministros Ayres Britto (STF) e como Conselheiros, entre outros, os Ministros e Professores Luiz Fux (STF), Joaquim Barbosa (STF), Benjamin Zymler (TCU), Maria Elisabeth (STM), Francisco Rezek (STF) e o ex-Procurador Geral da República Inocêncio Mártires Coelho.

Membro da Comissão Difusora do Prêmio Innovare e Assessor do Presidente do Conselho Superior do Instituto Innovare (criado e mantido pelas Organizações Globo).



Synésio Scofano Fernandes

# AS FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS

## PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Este artigo fundamenta-se no meu relato, apresentado na 76ª Reunião do Conselho Técnico Consultivo do IPHAN e aprovado por unanimidade.

Reporto-me, inicialmente, aos entendimentos ocorridos, em 2000, entre o IPHAN e a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC), hoje Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX), órgão que, no Exército, trata dos assuntos históricos e culturais.

**P**retendia-se estabelecer uma visão geral de um assunto da maior importância para a sociedade brasileira, que envolvia a posse e a manutenção do território nacional, a construção de nosso país e, ao mesmo tempo, estabelecer condições iniciais para que esse valiosíssimo patrimônio fosse preservado.

A Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), logo após a sua instituição, no início de 2001, dedicou-se a esse trabalho de investigação e, também, de gestão. Inúmeras Associações voltadas para as Fortificações Brasileiras receberam apoio e estímulo da FUNCEB.

Foi instituído o “Projeto Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze, Homens de Ferro” com o objetivo de realizar uma ampla investigação sobre as Fortificações Brasileiras e difundir o conhecimento produzido. Foi concebida, então, a edição da obra, “MURALHAS DE PEDRA, CANHÕES DE BRONZE, HOMENS DE FERRO” em quatro volumes. Já

foram editados três volumes dessa coleção e o quarto está em fase de elaboração. Esse trabalho é coordenado e desenvolvido pelo Prof. Adler Homero Fonseca de Castro, com colaborações do Prof. Mário Mendonça e do Prof. Marcos de Albuquerque.

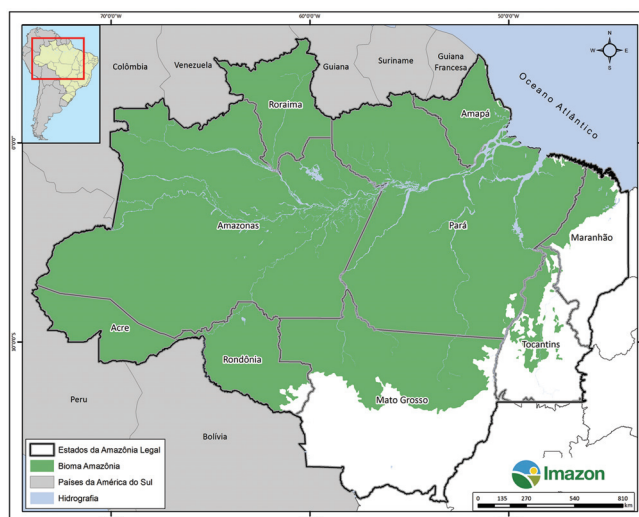
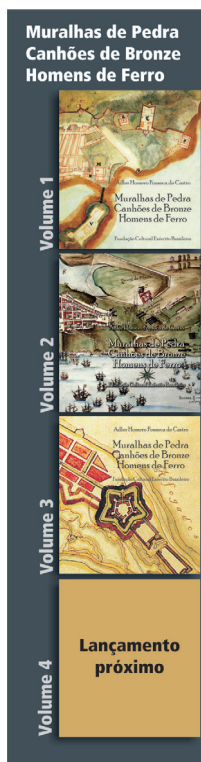
As pesquisas já desenvolvidas, no âmbito do referido Projeto, apontam para mais de mil fortificações construídas no território nacional.

O pano de fundo a motivar os interesses que possibilitaram as tratativas já realizadas e em desenvolvimento é o papel histórico desempenhado pelas Fortificações Brasileiras na posse e na manutenção do território brasileiro e a preservação

desse patrimônio, que registra esse processo fundamental para a nossa sociedade.

Esse esforço grandioso para garantir, aos brasileiros, o seu espaço geográfico é atualíssimo, principalmente, na imensa fronteira Norte, detentora de riquezas guardadas, de variedades de vegetação desconhecidas, de águas que são o único meio a ligar paragens nunca antes visitadas pelo homem.

A Amazônia Legal brasileira se estende por uma área de cerca de 5 milhões de Km<sup>2</sup>, equivalente a 58% do território brasileiro, a 40% da superfície da América do Sul, 1/20



Amazônia Legal

de toda a superfície da Terra. Nessa área cabe toda a Europa, com exceção da Rússia. A região possui 1/5 de toda a água doce do planeta, 11.248km de fronteiras, 23.000km de rios navegáveis. A grandiosidade do trabalho realizado por nossos antepassados está inscrita na história das Fortificações Brasileiras, que, na verdade, resultou do esforço conjunto de diplomatas, de trabalhadores, de empresários, de militares e de outros segmentos da nossa sociedade em construção.

As motivações que moveram esses personagens em viver e construir o Brasil permanecem em nossa atualidade, agora se contrapondo a ameaças revestidas de novas roupagens.

Fortificação é uma expressão genérica que nomeia fortes, fortalezas, fortins, baluartes, pontos fortes e redutos.

Mas quando nos referimos a “Fortificações Brasileiras” não estamos falando apenas das edificações e das suas condições arquitetônicas, mas, suscitamos outros aspectos construtivos desse conceito: a sua historicidade, as questões políticas, econômicas e as puramente militares relacionadas à estratégia e à tática.

“Fortificações Brasileiras”, também, não designam somente a reunião dos elementos constitutivos de um conjunto de objetos, considerados os fatores que delimitam as suas circunstâncias particulares, mas sim todas as fortificações do Brasil, no quadro da evolução histórica do nosso país. Essa temporalidade é que possibilita o entendimento da expressão “Fortificações Brasileiras”.

Portanto, há que se construir uma compreensão geral que dê sentido e permita acolher as particularidades das Fortificações existentes no Brasil.

Esse quadro conceitual afastaria a visão “rizomática”, a percepção fragmentária da realidade, que impossibilita a percepção do todo e dificulta a ação, inclusive a política e a administrativa.

Em um universo de mais de mil exemplares, qual a prioridade para iniciar o processo de tombamento, sempre minucioso e custoso, ou para distribuir os recursos necessários à preservação do bem?

A fortificação é sempre defensiva; pretende se contrapor a uma possível ação ofensiva do inimigo. Mesmo quando se insere em uma perspectiva estratégica de lançar os pontos iniciais para a posse do terreno, as ações táticas decorrentes tornam evidentes seu caráter defensivo.

A fortificação é dissuasória, isto é, lá está com sua estrutura arquitetônica, grandiosa ou não, e com seu armamento para desestimular a ação ofensiva do inimigo.

A sua condição estática e o seu caráter dissuasório exigem que ocupe pontos dominantes no terreno, facilitadores da visão ampla, em profundidade e largura, e nas confluências e embocaduras dos rios.

Mas as fortificações sucumbiram aos fatores da mobilidade e ao desenvolvimento das tecnologias de propulsão. Os meios de ataque se tornaram móveis, podendo ocupar, rapidamente, qualquer lugar no espaço, inclusive o aéreo. Os modernos sistemas de propulsão permitem localizar bases de ataques em locais cada vez mais afastados dos alvos.

Após a II Guerra Mundial, progressivamente, se tornaram alvos fáceis dos fogos de navios, das aeronaves e de bases situadas em locais longínquos.

De modo que as fortificações, ainda em operação no Brasil naquelas épocas, começaram a ser desmobilizadas.

Grande parte delas passou a integrar o patrimônio administrado pelo município ou pelo estado em que se encontravam. Em alguns casos, foram organizadas associações de apoio à preservação do patrimônio cultural, constituído por essas edificações.

As fortificações que permaneceram sob jurisdição militar sofreram transformações, não na sua estrutura arquitetônica, mas nos seus usos.

Os aquartelamentos em que se situavam passaram a ter outros empregos: centros de estudos e de pesquisas, quartéis gerais, quartéis para tropas com outros empregos táticos, diferentes daqueles originais, centros culturais e museus, voltados para a sociedade em geral.

Outro aspecto cultural a considerar, inerente ao conceito de Fortificações, diz respeito à especialização dos recursos humanos voltados, especificamente, para a Artilharia de Costa, que operavam os equipamentos e o armamento constitutivos desse elemento do combate defensivo. A técnica de tiro para esse

tipo de artilharia, um tiro tenso, próprio do canhão e não do obus, era grandemente afetada pela mobilidade do alvo e pelas condições meteorológicas – visibilidade, direção, velocidade do vento e outros fatores. Essa técnica de tiro exigia saberes particulares e o desenvolvimento de instrumentos específicos que foram acumulados ao longo dos anos e constituíram um riquíssimo acervo cultural.

É uma ficção tentar compreender o conceito de “Fortificações”, considerando, apenas, aspectos políticos, econômicos e arquitetônicos, sem levar em conta a sua funcionalidade, as questões operativas puramente militares. Essa redução conduz ao entendimento fragmentário do tema, em que se avalia, como ocorre algumas vezes, a importância histórica, política e militar da fortificação, considerando, fundamentalmente, a participação de sua guarnição em episódios que não se referem à sua funcionalidade, deixando-se em segundo plano aspectos essenciais, determinantes da existência de tal ou qual fortificação e que lhe dão sentido.

Ocorre, também, que grande número de fortes e fortalezas que, originalmente, ocupavam locais de pouca densidade demográfica, com o desenvolvimento das cidades em que se localizavam, passaram a ser envolvidos na rede urbana, processo que provocou o deslocamento dessas Fortificações da periferia para o centro, sem que, efetivamente, ocorresse a mudança do local em que inicialmente haviam sido construídas. Esse “deslocamento” deu origem a inúmeras questões nas quais as Fortificações passaram a ser envolvidas, ressaltando:

– as tensões entre, de um lado, as associações comunitárias, que se preocupam com a preservação ambiental das áreas circundantes ao espaço em que vivem e, de outro lado, o interesse de grupos imobiliários. No caso das Fortificações ainda sob jurisdição militar, a maioria delas detém amplos espaços, muitas



vezes com vegetação exuberante, que faz parte do sítio de proteção da Organização Militar, a ser preservado, mas esses espaços são cobijados. De modo que as Organizações Militares, com o decidido apoio dessas associações, têm impedido o avanço desses interesses. Apenas para exemplificar, cito a área do Forte Duque de Caxias, no bairro do Leme, na cidade do Rio de Janeiro, que ocupa um amplo sítio de Mata Atlântica, que sobe por uma elevação que dá acesso ao Forte do Vigia, dominante, em uma cota de 124 metros, do cenário de insuperável beleza da Praia de Copacabana, local preservado e aberto à visitação pública.

No caso das Fortificações, cujos patrimônios passaram para a jurisdição civil, essas tensões também ocorrem, envolvendo as instâncias detentoras desses patrimônios e os grupos com interesses imobiliários;

– outra questão a ser considerada diz respeito ao uso a ser dado ao patrimônio, o que exige investimentos iniciais relevantes e nem sempre disponíveis.

No caso dos patrimônios sob jurisdição militar, apesar da carência de recursos financeiros, tem sido feito um grande esforço para preservar o bem e, ao mesmo tempo, dar-lhe um uso adequado, tornando-o público. São inúmeros, no Brasil, os casos exitosos, em relação a esse aspecto.

As “Fortificações Brasileiras” se disseminaram pelo espaço geográfico brasileiro levando em conta, fundamentalmente, a percepção da possível ameaça do inimigo; foram erigidas em locais indicados pela estratégia político-militar de conquista, expansão e domínio do território; também, ocuparam posições que podiam servir de apoio a ações de proteção ao comércio, a atividades extrativistas e ações contra os ataques indígenas.

Em uma perspectiva geral, inicialmente e até, mais ou menos, 1700, se disseminaram pela linha litorânea, protegendo cidades e, principalmente, os centros do poder político, econômico e administrativo contra os inimigos externos, concorrentes na colonização do Novo Mundo: espanhóis, franceses e holandeses. Depois, a partir do começo do século XVIII inflectiram para Oeste, estabelecendo bastiões para a expansão portuguesa além de Tordesilhas e para defender a região norte, particularmente a Amazônia, contra pretensões de holandeses, ingleses e espanhóis. Posteriormente, a partir de 1750, começaram a surgir as fortificações ao sul do Paraná, no atual Mato Grosso do Sul e em Rondônia, como consequência da política de posse dos territórios a Oeste e das ameaças de um novo inimigo externo, não mais extracontinental.

Mas as fortificações têm características construtivas próprias, que as singularizam dentro das famílias arquitetônicas e lhes emprestam uma linguagem plástica, o que permite considerá-las obras de arte.

Os planos em que se desenvolvem as suas construções, as suas assimetrias e simetrias, a variedade das suas formas geométricas (em estrela, quadrilátero e pentagonal), as contraposições das saliências dos baluartes com as cortinas alongadas e recuadas configuram a riqueza perceptual própria de uma obra de arte.

Mais ainda, as Fortificações são lugares de outros produtos culturais, que possibilitam a ocorrência de um riquíssimo acervo documental, iconográfico, cartográfico e de variados instrumentos e objetos decorrentes das suas funcionalidades.

Nesse relato vamos tratar de seis fortes localizados na região amazônica e no Oeste brasileiro.

As fortificações estão localizadas em pontos diferentes e foram construídas em épocas distintas, apresentando estados de conservação diferenciados.

A região de Óbidos, no Pará, foi sempre foco de atenção nos planos de organização de um sistema de controle do tráfego marítimo no Rio Amazonas. A peculiaridade de Óbidos é que o rio se estreita acentuadamente, de modo que a distância entre as margens diminui para até 1700m, o que a situava dentro dos limites de alcance do material de artilharia existente na época. Portanto, o fechamento da via fluvial poderia acontecer se Óbidos sediasse uma posição fortificada e artilhada com material adequado.



Projeto para a defesa de Óbidos



Forte de Óbidos - Bateria alta, chamada “O Forte da Vila”.

Em diferentes épocas e em diferentes locais foram construídos fortes na região da cidade de Óbidos (Pauçis, Óbidos, Serra da Escama).

Inicialmente, trataremos do “Forte de Óbidos”, construído de 1853 a 1854. Ocupava uma posição, às margens do Amazonas, que batia o ponto mais estreito do rio. O projeto previa duas posições: uma bateria alta (a fortificação ainda hoje existente, denominada “o forte da vila”), 15 metros acima do nível do rio; e uma bateria ao nível do rio, construção terminada, apenas, em 1865, com uma dimensão muito menor do que a projetada, em razão dos seus custos. Em 1924, essa bateria baixa foi demolida.

Também se cogitou estabelecer, na outra margem do rio, outra bateria complementar, o que não se concretizou.

Talvez tenha sido uma das únicas posições permanentes erigidas entre a Regência (1831) e a Questão Christie (1863), quando se passou a adotar a estratégia móvel de defesa.

Pode ser considerado um exemplar da política de marcar a presença militar brasileira em uma região vulnerável à ação de um inimigo externo, que atuava (ou ainda atua) em proveito de uma estratégia de internacionalização da Amazônia.

Esses dois valores lhe emprestam um papel de forte conteúdo histórico, o que recomenda a sua inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com os canhões Pai-xhans calibre 80, que guarneciam a posição.

O “Forte da Escama”, situado na Serra da Escama, em Óbidos, no Pará, foi construído em 1909, de acordo com um plano de defesa concebido no final do século XIX, de modo a oferecer condições de proteção a alguns portos e locais considerados estratégicos.

O “Forte da Escama” ou “Forte da Serra da Escama” não se confunde com o “Forte de Óbidos” (I, II), construídos e reconstruídos no final do século XVII e nos meados do século XIX, e que, praticamente, deram origem à cidade de Óbidos; no entanto, as motivações estratégicas dessas fortificações permaneceram as mesmas: aproveitar o estreitamento do Rio Amazonas.

Contudo, a evolução do material de artilharia, ocorrida a partir de 1850, permitiu o aparecimento de peças com alcance superior a 5.000m.

Esse desenvolvimento tecnológico conduziu a uma modificação tática na área de Óbidos: localizar a posição defensiva nas elevações próximas à cidade. O Forte da Serra da Escama, um novo Forte, situado nessas elevações e provido de canhões com alcance de mais de 5km poderia bater mais profundamente um vetor fluvial que se deslocasse pelo leito do rio.

Mas, quanto ao seu poder de fogo, era uma posição modesta, guarnecida por uma bateria (1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa, depois denominada 8ª Bateria Independente), mais ou menos, o valor equivalente a um terço, em canhões e pessoal, ao de um Grupo de Artilharia.

Na verdade, quanto ao “Forte da Escama”, não há registro de nenhuma operação militar da qual essa fortificação tenha efetivamente participado, mas desempenhou a função de fator dissuasório como posição defensiva e, como as demais fortificações, foi elemento importante na posse e manutenção do território brasileiro.

Ainda, sob o ponto de vista histórico, não relacionado à posição defensiva em si, registra-se a participação dos militares que guarneciam o Forte em dois episódios políticos: a Revolução de 5 de Julho de 1924 (Revolução dos Tenentes) e a Revolução Constitucionalista de 1932.

Esse Relator recomenda o tombamento dos remanescentes do “Forte da Serra da Escama”, com a inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com o material de artilharia que guarnecia a posição.

O “Quartel General Gurjão”, na verdade, constituía-se no aquartelamento da tropa que guarnecia o “Forte da Serra da Escama”, de dimensões exíguas, que não lhe permitiriam alojar cerca de 150 homens, o possível efetivo que operava as peças constitutivas dessa posição defensiva.

Projetado por uma Comissão da Vila Militar da capital federal, localizava-se um pouco abaixo do “Forte da Serra da Escama”, em um terreno plano, denominado Praça do Bom Jesus.

Foi inaugurado em 1909. A edificação era ampla, arejada, com boa iluminação natural e contrastava, na época, com o padrão das demais edificações da cidade.

Na verdade, reproduzia o modelo arquitetônico das instalações militares do Brasil, ainda inspiradas na influência do modelo alemão, propagadas pelos “jovens turcos”, oficiais brasileiros que, em sucessivas viagens de estudo à Alemanha (1906, 1908 e 1910), traziam para o nosso país, novas ideias para modernizar o Exército, não só quanto à doutrina de emprego, mas

também quanto ao treinamento, aos equipamentos e às instalações militares.

De modo que deve ser acolhida com cautela a interpretação de que o “Quartel do Gurjão” tivesse as suas linhas construtivas inspiradas pela expressão soldado-cidadão, pelos ideais de dispensar, na época, ao soldado (ou ao recruta), um tratamento que favorecesse ou elevasse à condição de cidadão um homem recrutado nos extratos mais modestos da sociedade. Certamente, as motivações dos traçados da arquitetura militar daqueles momentos não se inspiravam nesses resultados. Basicamente, o que se pretendia, em relação às instalações militares, era dar melhores condições de conforto a todos os usuários desses espaços, uma evolução natural das condições de habitabilidade dessas construções.

Em razão de algumas afirmações apresentadas neste processo, torna-se necessário um exame mais demorado sobre as finalidades da educação e do treinamento militar, das funcionalidades das escolas militares e dos quartéis.

Sem procurar refutar a profunda interpretação de Foucault sobre a genealogia do saber (e do poder), é sensato tentar “capturar a verdade” também em outras fontes, com “outros olhos”.

É certo que as palavras, no decorrer do tempo, mudam de sentido, os desejos de direção, as ideias alteram as suas lógicas originais, dificultando a recuperação do traçado lento da história, mas, no entanto, os saberes do homem em relação à natureza e ao próprio homem, decorrentes da perseguição continuada, persistente, resultaram em crenças, explicações e compreensões, codificadas e estruturadas nas disciplinas do conhecimento humano.

Não é possível deixar de considerar essa evidência. A própria identificação das descontinuidades, da interrupção, resulta de um conhecimento prévio.

Dentro desse debate, a Educação pode ser entendida como um instrumento de opressão, de submissão do homem, de castração. Nessa perspectiva, os currículos, os objetivos educacionais, a didática, a configuração da sala de aula, a arquitetura escolar são apenas elementos de dominação para reproduzir padrões sociais, de docilização do corpo e das mentes.

Mas existe outro olhar sobre o significado da Educação. Como diz Brameld, as principais funções da Educação decorrem das suas finalidades: o mais poderoso instrumento para a preservação e a renovação da sociedade e da cultura.

De modo que a natureza das instalações militares, principalmente, aquelas destinadas às Escolas de Formação, incluídas, nessa classe, as direcionadas ao abrigo e ao treinamento do recruta, podem ser percebidas não como locais “de segregação” e de “encarceramento”, mas de acordo com uma visão educacional, fundada em teorias das ciências do comportamento humano.

Dentro dessa perspectiva, esses espaços seriam elementos reforçadores das atitudes e dos valores centrais do ofício do militar. Espaços constituídos de amplos pátios e alojamentos, facilitadores da integração social, do exercício da cooperação, dos deslocamentos realizados em grupo, sob um comando; portadores dos sinais que constituem o aparato dessa vida coletiva. Locais para a formação de um tipo de recurso humano direcionado ao combate, em que, em situação limite, a sua vida estará em jogo.

A formação desse especialista exige fundamentalmente, além de uma base cognitiva, o desenvolvimento de atitudes e valores tais como: a liderança, a disciplina, o sentido da hierarquia, a cooperação, a compreensão do outro, entre outros atributos.

O aprendizado de atitudes e valores pressupõe uma didática especial, diferente

daquela em que se realiza a aprendizagem em nível cognitivo. O desenvolvimento da cooperação, da responsabilidade, da disciplina, da hierarquia, da compreensão do outro, da dedicação, da iniciativa, do tato, enfim, dos atributos que têm uma variável emocional bem nítida, se faz, especialmente, com procedimentos fundamentados na modelação, na aprendizagem social, na dissonância cognitiva, na percepção das circunstâncias ambientais. As evocações verbais, as palestras, as exortações não são os procedimentos mais produtivos para desenvolver atitudes e valores. Daí porque a promoção desses construtos, em situação educacional, exige ambientes (clima social, espaços, normas de conduta) facilitadores e reforçadores desses atributos.

A arquitetura dos quartéis, das escolas e de outras dependências militares está submetida a esses princípios.

Portanto, entendemos que o fator determinante para o tombamento do “Quartel do Gurjão” reside no seu enlace com o “Forte da Serra da Escama”, do qual é um elemento integrante. Em consequência, recomendamos que o “Quartel General Gurjão, localizado na cidade de Óbidos, Pará, bem como o estádio “Rego Barros”, adjacente, seja tombado e inscrito no Livro de Tombo Histórico.

10. O “Forte Vera Cruz do Monte do Calvário” (inicialmente conhecido com o nome de “Forte de Nossa Senhora da Con-



Ruínas do Forte Vera Cruz - Maranhão

ceição”) foi construído após a conquista do Maranhão, em 1620, no município de Rosário, restando apenas as ruínas desse patrimônio histórico.

É um dos raros exemplares, talvez o mais antigo existente no Brasil, da arquitetura militar de transição de um forte do período medieval para o de artilharia.

Inicialmente, o seu objetivo estratégico era garantir a defesa dos moradores dos engenhos contra a ação dos indígenas. Mas está associado, também, a alguns acontecimentos importantes da história brasileira:

- foi ocupado pelos holandeses em 1641;
- foi cenário da primeira rebelião contra o invasor, acontecimento que antecedeu à Restauração Pernambucana, em 1645;
- participou, também, dos episódios de repressão à Revolta da Cabanagem.

Portanto, recomenda-se o tombamento das ruínas do “Forte Vera Cruz do Monte do Calvário”, com inscrição no Livro de Tombo Histórico, por representar um patrimônio:

- indicador de um tipo de arquitetura defensiva associado à permanência de modelos arcaicos no Brasil, constituindo num dos raros exemplares com essa característica;
- representativo da estratégia de defesa de territórios e comunidades no interior do Brasil;
- associado a importantes acontecimentos da história de nosso país - as Guerras Holandesas e a Revolta da Cabanagem.

Registre-se que o “Forte de Vera Cruz do Calvário” foi tombado pelo Estado do Maranhão, em 1990.

“Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco”, do município de Boa Vista, em Roraima.

O “Forte São Joaquim” foi construído durante os anos de 1765- 1775, na confluência dos rios Uraicuera e Itacutu, na margem esquerda do Rio Branco. Os seus objetivos es-



Perspectiva do Forte de São Joaquim

tratégicos eram de assegurar a posse das grandes extensões de terra decorrentes da fixação das novas fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madri (1750) e do rompimento dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal.

É, portanto, um exemplar dos efeitos da política de posse e manutenção do território nacional, que, na época, estava sendo construído. As intenções de espanhóis, de holandeses e ingleses, na região, exigiam não só tratativas diplomáticas, mas, também, a ação militar para proteger os interesses de Portugal, na época. Interesses que, mais tarde, iriam constituir a imensa base físico-geográfica do Brasil.

Registre-se o seu papel no processo de destruição dos “Estabelecimentos” espanhóis da região: o Forte de San Juan Batista de CadaCada e a povoação de Santa Rosa.

O “Forte São Joaquim” talvez expresse, com maior nitidez, essa destinação de vigilância e de proteção do nosso território nacional, destinação que, de resto, está sempre presente, talvez, com menor intensidade, em todas as Fortificações erigidas na região amazônica.

“Forte São Joaquim” é o nome do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, atual integrante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, com sede em Boa Vista.

Esse sentido de proteção e vigilância inspirou a constituição de oito Brigadas de Infantaria de Selva, Grandes Unidades com estruturas variadas, de 22 Pelotões de Fronteiras, de 4 Destacamentos de Selva, disseminados pelos limites longínquos do nosso território. Claro que essas organizações, embora apoiadas por meios de transporte aéreos (helicópteros), não são suficientes para a vigilância e a proteção da imensa região amazônica, mas constituem um grande esforço do estado brasileiro para, inspirado no papel das fortificações, manter a posse do território e a soberania nacionais, ainda sujeitas a fortes ameaças em nossa atualidade.

Quer dizer, a defesa estacionária, inerente à condição de imobilidade da Fortificação, foi substituída pela defesa móvel, que se viabiliza na capacidade de locomoção nos ambientes aquático, aéreo ou terrestre, nas possibilidades de comunicações, oferecidas por novas tecnologias, na letalidade das armas de longo alcance.

A dissuasão, que, no caso das Fortificações, decorria da concretude da monumentalidade arquitetônica, da sua imponência, da leitura dos sinais que, prontamente, se apresentavam ao atacante, agora, com a defesa móvel, ampara-se na intangibilidade, na surpresa, na fragmentação do contra-ataque, que pode surgir de qualquer lugar, de modo concentrado ou não, na imprevisibilidade do golpe, na dissimulação.

Por tais motivos é muito mais inibidora, isto é, paralisa o atacante, pois lhe apresenta a possibilidade, provável, de que um eventual ataque desencadeará uma resposta muito mais devastadora do que os danos previsíveis de serem infringidos ao defensor.

É claro que esse novo sistema é muito mais dispendioso, exigindo constante atualização tecnológica e a permanente capacitação de recursos humanos.

Propõe-se, portanto, o tombamento das ruínas do “Forte São Joaquim”, bem como dos seis canhões coloniais que o guarneciam, com inscrição no Livro Histórico, em razão:

- de sua participação no processo de expansão portuguesa na Amazônia, especialmente, nas ações que se referem às instalações espanholas na região - Forte de San Juan Batista de CadaCada, no Rio Uraricoera, e a povoação de Santa Rosa, no Rio Uraricapara;

- por ser um exemplar significativo da política de posse e manutenção do espaço territorial brasileiro na área;

- por oferecer elementos para o entendimento da colonização da Amazônia, particularmente no que se refere ao tratamento dispensado aos indígenas.

Por fim, ressalte-se que o Forte São Joaquim foi objeto de tombamento estadual, em 2001.

#### “Forte Junqueira”

Essa fortificação foi construída, em 1872, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, com a finalidade de integrar um sistema de defesa a ser estabelecido na região, após a expulsão dos Paraguaios. Participaria de uma linha de resistência constituída pelas posições de São Francisco, Conde D’Eu, Duque de Caxias, Major Gama, Santa Cruz e o Forte Junqueira, com o objetivo principal de impedir um desembarque fluvial na cidade de Corumbá. Dessa linha de resistência restou o “Forte Junqueira”.





Na verdade, é um reduto, isto é, uma posição defensiva fechada, com apenas uma frente artilhada, a face Leste, que dá para o Rio Paraguai. Tem um perímetro de 160m. A sua forma geral é a de um retângulo, com dois torreões quadrados, um a Oeste e outro a Sul.

A sua relevância histórica reside no fato de ser uma das poucas fortificações construídas no Brasil durante a Regência, após a implantação, em 1831, da política de redução dos efetivos militares, e em se constituir no derradeiro exemplar do sistema de defesa estabelecido, após a Guerra do Paraguai, para proteger a região de Corumbá, valores que recomendam sua inscrição no Livro de Tombo Histórico.

Portanto, os registros dessas Fortificações e dos contextos políticos e estratégicos que motivaram os seus surgimentos são peças importantes da descrição dos esforços realizados por brasileiros na conquista e manutenção de nosso território, na construção de nossa História e da nossa Cultura.

### Synésio Scofano Fernandes

O Gen Div Synésio Scofano Fernandes é natural do Rio de Janeiro. Foi comandante do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), Diretor de Assuntos Culturais do Exército, Chefe da Assessoria Especial de Ensino e Instrução do Estado-Maior do Exército (EME) e também Vice-Presidente da Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB).

Coordenou os trabalhos de concepção, planejamento e implantação do Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx). Desenvolveu as pesquisas básicas, coordenou os trabalhos para a reformulação, modernização do Ensino e da Instrução Militar no Exército.

Atualmente, é Assessor Especial do Secretário de Economia e Finanças do Exército, Curador da FUNCEB e membro do Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

# FAM FAMÍLIA

PROTEÇÃO PARA QUEM VOCÊ MAIS AMA



Este material contém o resumo de suas condições, e restrições se aplicam a ele. | Seguro garantido pela MAPFRE Vida S.A. – CNPJ 54.484.753/0001-49, Av. das Nações Unidas, 11.711, 21º Andar, Brooklin, São Paulo/SP, CEP 04578-000 – Cód. SUSEP: 05665. | Processos SUSEP Vida – Faixa Etária 15414.900184/2014-29. | Sorteio vinculado a Título de Capitalização emitido pela MAPFRE Capitalização S.A. CNPJ 09.382.998/0001-00 e Processo SUSEP 15414.000958/2008-71. | Estipulante: Fundação Habitacional do Exército, CNPJ 00.643.742/0001-35.

## QUEM PODE

Militares das Forças Armadas, seus cônjuges, filhos e pensionistas, servidores civis do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e seus pensionistas, e funcionários do Banco do Brasil

## DIFERENCIAIS

- ✓ coberturas diferenciadas, à escolha do cliente
- ✓ capital segurado de até R\$ 1 milhão, conforme o tipo de associado e a idade
- ✓ 4 sorteios mensais de R\$ 25 mil, cada (bruto de IR)
- ✓ o limite de idade para adesão é 70 anos
- ✓ o cliente pode alterar o capital segurado quando desejar, obedecendo-se às regras do produto
- ✓ o pai ou a mãe podem ser os responsáveis financeiros do filho
- ✓ os valores se mantêm atualizados, pois são reajustados pelo mesmo índice da inflação

**O MELHOR  
SEGURO DE  
VIDA!**

**Mais informações:**

**0800 61 3040**

**[www.fhe.org.br](http://www.fhe.org.br)**



# Escola Preparatória de Porto Alegre

Juvêncio Saldanha Lemos



*Há quem pense que o Decreto de 27 de dezembro de 1939 transformou o Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) na Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA). Não. Não foi assim e nem poderia ser.*

Guarda Bandeira da Escola Preparatória de  
Porto Alegre - 1958  
O autor é o terceiro da esquerda para a direita

*O Colégio Militar era, e é, uma instituição de ensino secundário administrada pelo Exército. Já a Escola Preparatória, uma Organização Militar (OM) do Exército Brasileiro, com lugar bem definido na estrutura da Força Terrestre, inclusive com Quadro de Organização e Dotação (QOD) próprio. Isto é, o citado Decreto extinguiu o CMPA e criou a EPPA.*

O motivo era uma guerra no horizonte e o Exército tinha que se preparar para enfrentá-la. Nesse emergencial contexto, a destinação de recursos orçamentários à meritória manutenção do Colégio Militar deixava de ser prioritária.

O Exército viu-se na contingência de acelerar e aprimorar a formação de seus oficiais. Com a criação das Escolas Preparatórias – foram três: Porto Alegre/RS, São Paulo/SP e Fortaleza/CE - a Escola Militar do Realengo/RJ não precisaria dedicar um precioso tempo à ins-

trução básica (ordem unida, armamento e tiro, higiene, serviços gerais, leis e regulamentos disciplinares, moral e cívica etc.) dos recém-matriculados. O novo cadete já lá chegava pronto, técnica e espiritualmente, para receber os ensinamentos mais avançados. A História comprova que isso deu certo.

A denominação “Preparatória” não era inédita. Desde o tempo do Império que funcionavam cursos preparatórios anexos à Escola Militar. No próprio “Casarão da Várzea”, antes do CMPA, lá fun-

Vista panorâmica da EsPPA



Marechal José Pessoa



cionou a Escola Preparatória e de Tática de Porto Alegre onde, após um curso preparatório de dois anos (“Prepa”), o aluno prestava exame para o curso superior de Tática, findo o qual era declarado oficial. Tudo no mesmo prédio.

Na republicana Escola Militar do Realengo, os alunos do Curso Anexo eram chamados depreciativamente de “anexins”.

Com as remodelações promovidas pelo general José Pessoa, a partir de 1930, na Escola Militar do Realengo, surgiu a figura do **cadete** na estrutura hierárquica do Exército. Com isso, sem criar uma nova graduação, o Exército criou uma nova praça, chamada de “praça especial”. Os Alunos das Escolas Preparatórias foram incluídos nesse círculo.

Assim, o Aluno da Escola Preparatória assentava praça no Exército. E como tal, vencida etapa, recebia vencimentos, ficava sujeito aos regulamentos

e à legislação militar. Jurava bandeira e contava tempo de serviço desde a inclusão nas fileiras. Era um soldado como qualquer outro, apenas que a sua função principal era estudar.

Por muito pouco tempo, o novo estabelecimento foi chamado de Escola Preparatória de Cadetes de Porto Alegre (EPCPA). Logo passou a ser Escola Preparatória de Porto Alegre (EPPA). Com o advento do novo Regulamento de Símbolos e Abreviaturas Militares, após a 2ª Guerra Mundial, ficou definitivamente EsPPA.

A Escola aquartelou-se no histórico “Casarão da Várzea”, ocupado pelo CMPA desde 1911. Uma beleza de prédio, estilo neoclássico, concluído em fins do século XIX, hoje patrimônio histórico da capital gaúcha. Assenta em um quarteirão urbano só dele. São 160 metros por 93 metros, frente para o Parque Farroupilha (Rua José Bonifácio), fundos para a Avenida Venâncio Aires e nas laterais, as Ruas Santana e Vieira de Castro. Em cada ângulo do quadrilátero está plantado um “castelo” de dois pisos.

A presença do “Casarão” é tão marcante em Porto Alegre que ele aparece em qualquer fotografia aérea da cidade. Altivo. Majestoso. Maciço. Imponente.

Guarnecem o saguão de entrada duas magníficas estátuas, ali colocadas no ano de 1914: Marte, ou Ares, deus



da guerra, empunhando a Bandeira Nacional; e Minerva, ou Atena, deusa da sabedoria, tendo às mãos uma pena de escrita. São as maiores estátuas de adorno da cidade.

Acima do saguão de entrada, o gabinete do comandante. A seu lado, o Salão Nobre. Amplo, sóbrio, pé-direito gigantesco, um ambiente que parece não ter tomado conhecimento da passagem do tempo.

No pavimento acima, o torreão, nele instalado o antiquíssimo relógio Colin, de fabricação francesa, corda para oito dias, duas faces (para a frente da Escola e para o pátio interno) e que funciona até hoje!

Coroando essa vertical, o mastro principal da bandeira.

A EsPPA era comandada por um coronel, com seu Estado-Maior e as clássicas repartições administrativas, cujo funcionamento era garantido pela tropa regular juntada na Companhia de Comando e Serviços, na época chamada CCS.

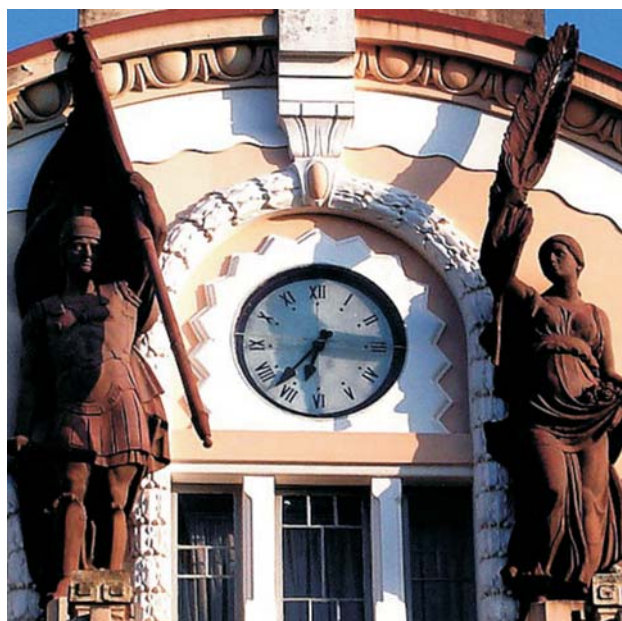
O Corpo de Alunos – a razão de ser da Escola – era comandado por um tenente-coronel. Enquadrava três Companhias de Alunos, cada uma com efetivo médio de 100 homens – um pelotão do 3º Ano, outro do 2º Ano e outro do 1º Ano. Cada Companhia tinha o seu capitão comandante, dois ou três tenentes subalternos e uma equipe de sargentos (sargenteante, furriel e auxiliares de instrução). Todo o serviço de escala ficava a cargo dos Alunos.

Olhemos de frente o “Casarão”, para relembrar como foi ocupado pela EsPPA.

No meio do frontispício, o saguão de entrada, nele o Corpo-da-Guarda e o quarto do Oficial de Dia. Avançando alguns passos, chegávamos ao pátio,



Salão Nobre



Marte ou Ares e Minerva ou Atena, ao centro o relógio Colin



Pátio



Baile do Adeus

imenso (136 x 63 metros), piso sem revestimento, no seu centro um solitário poste de ferro que servia como mastro interno (atualmente, o pátio está coalhado de canchas esportivas).

Ainda na fachada, à esquerda, 2º pavimento, o alojamento da 1ª Cia de Alunos; à direita, também no 2º pavimento, o alojamento da 2ª Cia de Alunos. O “castelo” da esquerda era a residência do coronel comandante. No “Castelo” da direita residia o capitão intendente.

Na lateral da esquerda, 2º pavimento, o alojamento da 3ª Cia de Alunos, chamado de “Barracão”; na da direita, igualmente no 2º pavimento, as instalações da CCS. Ambos esses segundos pavimentos foram construídos em 1936/1937.

Os “castelos” dos fundos eram ocupados pela Seção Técnica de Ensino e Sala dos Professores (o da

esquerda) e Enfermaria (o da direita). Não havia 2º pavimento nos fundos, isto é, frente para a Avenida Venâncio Aires. Este só surgiria em 1969/1970.

No piso térreo destacavam-se o Salão Brasil, um amplo auditório sob o alojamento da 2ª Cia e que no fim do ano, retirados os assentos, servia de salão para o tradicional Baile do Adeus. E, sob as dependências da CCS, o grande e bem ventilado Refeitório.

No restante do piso térreo espalhavam-se inúmeras salas. Eram nove salas de aula (três por ano), os gabinetes de Física e Química, a Biblioteca, a Barbearia, o Almocharifado, o Cassino dos Oficiais, as reservas de armamento (uma por Cia) e algumas outras que não lembro.

O pátio era contornado por arcadas, utilizadas para os deslocamentos nos dias de chuva. Bem, é certo que esse universo oferecia proteção e conforto. Ainda que por vezes despertasse uma desagradável sensação de confinamento.

A idade do Aluno da Escola Preparatória variava de 15 a 21 anos. Personalidades em formação.

De chegada, o Aluno do 1º Ano (“bixo”, com “x” mesmo) era testado quase que ao limite. Além das novas e



rigorosas circunstâncias que passariam a reger a sua vida e das crescentes solicitações físicas e intelectuais de que seria passivo, havia o trote. Tradicionalmente admitido como um ritual de iniciação não declarado e talvez por isso perigosamente tolerado pelos oficiais, que fingiam nada ver, o trote campeava. Estúpido nas primeiras semanas, ia amainando até o dia 25 de agosto, quando havia a cerimônia de Jramento à Bandeira e a *bixarada* adquiria um novo *status* na Instituição. Mas o respeito aos Alunos mais antigos já estava definitivamente instalado nos corações e mentes dos primeiro-anistas. Para o resto da vida.

Na comunidade dos Alunos, em toda e qualquer situação, quem mandava era o 3º Ano. Mandava mesmo e com moral. A figura do Aluno do 3º Ano era respeitada de maneira incontestada, fosse ele quem fosse, estivesse onde estivesse. Tal reconhecimento era um dos mais tradicionais constitutivos do peculiar funcionamento da EsPPA. E só podia ser, pois toda a direção do serviço interno do Corpo de Alunos era atribuição do 3º Ano: Auxiliar do Oficial de Dia, Sargento de Dia às Companhias, Comandante da Guarda, Chefes de Turma, Chefes de sala, Chefe de mesa de rancho, Chefes de qualquer coisa...

A diferença dos terceiros-anistas para os Alunos dos demais anos era abissal. Só eles tinham a honra de ser chamados “veteranos”. Os Alunos do 2º Ano eram “calouros”, uma espécie de *bixo* melhorado, isenta de trote.

Os veteranos, tradição que passava de uma para outra geração, sabiam mais, tinham mais experiência, ensinavam e davam exemplo. Honravam o peso das três divisas na manga.



Alunos  
“Veteranos”  
no Parque  
Farroupilha

O Aluno da EsPPA tinha que estudar, e muito, senão se ferrava. O currículo era pesado e muito bem ministrado por um excepcional quadro de professores do Magistério do Exército. Ia-se a fundo nos programas, cujas matérias eram:

**1º Ano:** - Aritmética, Português, Francês, História e Geografia.

**2º Ano:** - Álgebra, Trigonometria, Geometria, Física, Química, Português, Inglês e Desenho.

**3º Ano:** - Complementos de Matemática (Teoria dos Erros, Derivadas, Cálculo Diferencial, Cálculo Integral), Geometria Descritiva, Física, Química, História Natural, Desenho Técnico, Português e Espanhol.

Deve ser dito, e enfatizado, que o aproveitamento dos Alunos era cobrado com inclemência. Não se brincava nessa área. Quem facilitou, ficou pelo caminho.

Na EsPPA vivia-se uma escrupulosa rotina. Disciplina prussiana e cronometragem suíça das atividades.

Alvorada às 06:00 horas. Arrumar a cama, higiene pessoal (os banheiros, anexos aos alojamentos, eram espaçosos, com muitas pias e vasos sanitários, atendendo sem atropelos à centena de Alunos sonolentos que os invadiam), fardar-se e descer para a formatura do café. Tudo isso sob os berros do pessoal de serviço. Ai de quem se atrasasse.

Para o rancho – café da manhã, almoço, jantar e ceia – as companhias formavam no centro do pátio em coluna por seis, lado a lado na altura do mastro, sob o comando dos respectivos Sargentos de Dia. Às 06:20 horas, o corneteiro tocava o avançar. As companhias marchavam ao passo ordinário até a frente do refeitório, onde as aguardavam os Auxiliares do Oficial de Dia. Feitas as apresentações e eventuais contagens do efetivo, os Alunos entravam no salão e ocupavam o lugar de sempre na mesa de sempre, permanecendo de pé atrás das cadeiras. Ao comando de “Rancho à vontade” sentavam. O Oficial de Dia e os seus três Auxiliares rondavam o ambiente, já então uma vibrante algaravia.

Em seguida, muito em seguida, a formatura matinal.

Ainda sob o comando do Sargento de Dia, as companhias formavam em coluna por seis, em linha frente para o Pavilhão de Comando. O dispositivo dessa formatura era, da direita para a esquerda: Banda de Música, guarnição que entrava de serviço (“parada”), 1ª Cia, 2ª Cia e 3ª Cia.

Os capitães recebiam a apresentação das suas companhias e passavam uma revista pessoal nos seus Alunos: cabelo cortado, barba feita, calçados engraxados, uniforme limpo e passado, a fivela do cinto brilhando, corpo na vertical. Muito mais rigorosa era a revista que o Oficial de Dia passava na “parada”.

A seguir acontecia a cerimoniosa entrada do comandante do Corpo de Alunos no pátio. Partia do saguão e marchava solenemente até o centro do pátio próximo ao mastro. Ali recebia a apresentação das companhias pelos capitães, algumas vezes perorava e então determinava qual a canção a ser cantada no dia (Hino Nacional, Hino à Bandeira, Canção da Escola, Canção da Infantaria, Avante Camaradas etc.).

A Canção da Escola, decorada logo nos primeiros dias, era um hino vibrante e guerreiro:

*“Somos espadas de um povo  
altaneiro*

*Somos escudo de grande nação  
Em nossos passos marcham  
guerreiros*

*Rebrilha a glória em um pendão  
A nossa Escola forja esta grandeza  
Temos no peito amor varonil  
Nas nossas cores toda a natureza  
Nós somos filhos do Brasil*

*Salve o Brasil – EPPA*

*Salve o Brasil – EPPA*

*No valor de nossos avós – EPPA*

*Salve o Brasil – EPPA*

*Salve o Brasil – EPPA*

*Na bravura de seus heróis.”*

Seguia-se a rendição da parada e o desfile em continência ao comandante do Corpo de Alunos, os oficiais em linha formados à sua retaguarda.



Formatura  
no pátio

Terminado o desfile, todos para as salas de aula, que começavam às 07.00 horas. O último tempo da manhã era dedicado à Educação Física, as companhias deslocadas para o Estádio do Parque da Redenção.

Depois, banho e formatura para o almoço. A alimentação sempre foi farta e substanciosa.

Terminado o almoço e até o início do 2º expediente, às 13:00 horas, havia um período de descanso no alojamento, coisa de 15 minutos – a “hora da tora” – que era religiosamente respeitado. Nada de conversas, barulhos e trotes no alojamento. O silêncio era sagrado.

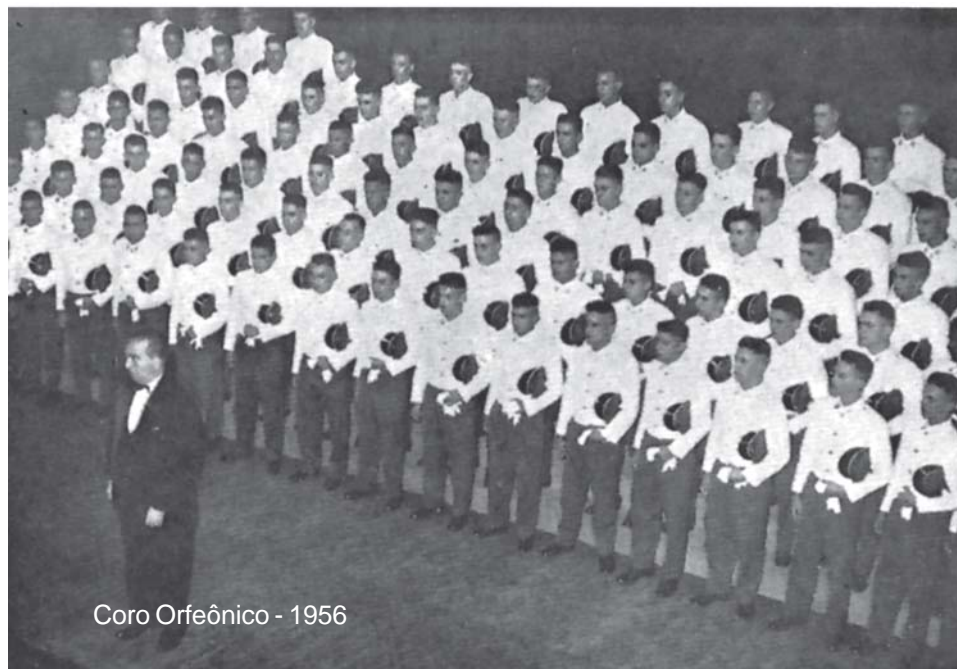
À tarde, todos nas salas de aula, ou tendo aula ou em estudo obrigatório. Não havia o caso de Aluno vagando pelas dependências da Escola durante o expediente. Inclusive, os alojamentos permaneciam lacrados.

O expediente encerrava-se com formatura nas áreas das companhias, para a leitura do boletim, da escala de

serviço e transmissão de ordens diversas. Do fim do expediente até a formatura para o jantar o tempo era totalmente livre para os Alunos. Alguns iam para o Estádio, ou para praticar esportes ou para apreciar a passagem das gurias do Instituto de Educação, que saíam do colégio a essa hora.

A Revista do Recolher era às 19:00 horas. A Revista era passada nos alojamentos, a cargo do pessoal de serviço. Não deixava de ser um momento diário de descontração coletiva sem nenhum oficial por perto. Cada Aluno entrava em forma na frente da sua respectiva cama. O sargento de Dia, no meio do comprido alojamento e aos berros, fazia a chamada individual, conforme o “Pernoite”. Lia o número do Aluno e este respondia o nome também aos berros, ou para ser ouvido ou de palhaçada mesmo. E isso se repetia uma centena de vezes. Uma coisa surrealista.

Finda a revista, tempo livre. Alguns iam estudar, outros conversar, ler, tratar dos seus assuntos pessoais. O rancho da



Coro Orfeônico - 1956



Desfile Militar - 07 de Setembro de 1959

ceia, às 21.00 horas, não era obrigatório. E ao toque de silêncio, às 22:00 horas, a grande maioria dos Alunos já estava na cama.

As sextas-feiras eram dedicadas à instrução militar, ministrada pelos oficiais e sargentos das companhias. Eram líderes muito bem selecionados.

Nos fins de semana, a saída era livre das 12:00 horas de sábado até às 24:00 de

domingo. Desde que, naturalmente, o Aluno não estivesse de serviço ou punido disciplinarmente.

Essa rotina só era quebrada para os treinamentos dos desfiles de 25 de agosto e 7 de setembro, quando a Escola brilhava, e no fim do ano, quando do período de manobras militares anuais, na região de Belém Novo.

Havia o Coro Orfeônico, um coral cujos componentes eram alunos, dirigidos pelo maestro Taveira. Os ensaios ocorriam ao longo do ano, e no final havia uma apresentação pública no Teatro São Pedro, quando todos se apresentavam com uniforme de gala e o maestro de fraque, eram muitas autoridades, os pais, os amigos e as namoradas que assistiam ao maravilhoso espetáculo.

Nesse quadro, observava-se no Aluno um confesso e confortante sentimento de estar sendo preparado para coisas maiores na vida. Aprendendo a buscar o verdadeiro sentido de palavras como Pátria, Dever, Honra, Responsabilidade, Solidariedade e por aí vai.

A Escola Preparatória de Porto Alegre foi extinta em 1961, quando o Exército decidiu centralizar na recém-construída Escola Preparatória de Cadetes de Campinas/SP todo o seu ensino preparatório.

Mas a EsPPA resistiu na memória daqueles que tiveram a ventura de ter sido seu Aluno. Cultuam carinhosamente essa lembrança. Quando visita o “Casarão” o ex-epepeano sente aquele nó na garganta, a umidade nos olhos, aquela saudade que, como diz a música, a gente gosta de ter. De tudo e de todos daquele tempo.

## GLORIOSO ESTANDARTE

RECEBEMOS-TE SEM MÁCULA, SÍMBOLO DAS IMORREDOURAS TRADIÇÕES EPEPEANAS, COMO SACROSSANTO FANAL DOS IDEAIS DE FÉ, ENTUSIASMO E AMOR PELA CARREIRA QUE ABRAÇAMOS.

TUDO FIZEMOS PARA TE MANTER NO PEDESTAL DE TUAS GLORIOSAS TRADIÇÕES, POIS, HONESTAMENTE E SEM DESCANSO, PELEJAMOS PELA CONCRETIZAÇÃO DOS IDEAIS QUE NOS INSPIRASTE E TEMOS CERTEZA, AO DEIXAR-TE SOB A GUARDA DOS COLEGAS QUE AQUI FICAM, ELES SABERÃO ZELAR, NO FUTURO, PELO TEU PASSADO DE GLÓRIAS.



### JUVÊNCIO SALDANHA LEMOS

Nasceu em Porto Alegre, RS, no dia 24 de janeiro de 1940. Fez os estudos preliminar e ginasial no Colégio Anchieta. Assentou praça no Exército em março de 1956, mediante concurso para ingresso na Escola Preparatória de Porto Alegre (EsPPA). Prosseguiu os estudos na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN – Resende, RJ), sendo declarado Aspirante-a- Oficial da Arma de Infantaria em 30 de dezembro de 1961 e destinado ao 17º RI (Cruz Alta, RS). Como tenente, serviu no Batalhão Suez, integrante das forças de paz das Nações Unidas, em missão na Faixa de Gaza, Egito. Serviu em guarnições da fronteira brasileira, foi instrutor da Academia Militar, oficial do Gabinete do Ministério do Exército (Brasília, DF), comandou o 8º BI Mtz (Santa Cruz do Sul, RS) e foi Chefe da 3ª Seção do Comando Militar do Sul (Porto Alegre, RS), função na qual foi transferido para a reserva, no posto de Coronel.

An aerial photograph showing a dense, dark green forest covering a steep hillside. The forest meets a bright blue ocean at the top of the frame. The water has a textured, shimmering appearance. The title 'Forte dos Andradas' is overlaid in large, bold, yellow letters on the forested area.

# **Forte dos Andradas**

*Paulo Roberto Rodrigues Teixeira*



# Antecedentes



As fortificações da Baía de Santos

O Porto de Santos sempre desempenhou posição estratégica de grande importância no cenário econômico, desde a época da Colônia, pela crescente comercialização das riquezas exploradas no Brasil, prolongando-se até o período da República, quando passou a ocupar posições mais avançadas para o mar aberto. Nesse período, sob o controle da Companhia Docas, as suas bases foram se modernizando, vindo a transformar-se no maior porto da América do Sul.

Em 1896, iniciou-se o Projeto de Defesa do Porto de Santos. O propósito era substituir o sistema de fortificações da época, cuja eficácia não mais possibilitava defender a costa santista. O armamento tornou-se ultrapassado, não respondendo à moderna artilharia.

Era preciso um novo sistema de proteção em substituição ao concebido no período colonial.

Em 1898, foi concluído o projeto, o qual criava duas linhas de defesa: uma dava segurança à entrada da Baía de Santos, com finalidade de evitar o bloqueio marítimo, e a outra defenderia a barra de acesso ao Porto.

A primeira linha defensiva seria composta de três fortificações na entrada da baía; uma a oeste, na ponta de Itaipu, outra a leste, na Ilha das Palmas e, ao centro, um Forte marítimo, contando ainda com um ponto de vigia no alto do mar de Icanhema.

A segunda linha seria composta de uma bateria em substituição à Fortaleza de Santo Amaro (Revista



Fortaleza de  
Itaipu

DaCultura, nº15 – Junho de 2009), outra bateria de canhões onde existia o Forte Augusto, na Ilha de Santos, e a última, na junção do Canal da Barra Grande com o Rio Santo Amaro, na Ilha de Guarujá.

A proposta do projeto foi apresentada ao Ministro da Guerra, em 01 de dezembro de 1897, acompanhada de 15 plantas. Era uma proposta cara e sofisticada. Das obras de defesa previstas, apenas foi executada a da Fortaleza de Itaipu (Revista DaCultura, nº 23 - Julho de 2014), devido a falta de recursos diante de um projeto tão ambicioso.

Antes da 2ª Guerra Mundial, visando a reforçar a defesa do Porto de Santos, foram projetadas duas novas fortificações: a bateria subterrânea, denominada General Rêgo Barros, em Itaipu, e o Forte dos Andradas, na ponta do Munduba, esporão rochoso coberto pela Mata Atlântica. Assim, completava-se a primeira linha de defesa, substituindo-se a bateria da Ilha das Palmas e o Forte Marítimo, pelo Forte do Munduba que, pelo decreto nº 5002, de 27 de novembro de 1942, já em plena 2ª Guerra Mundial, passou a denominar-se Forte dos Andradas.

Praia do  
Munduba



## O Forte

Está localizado na ponta do Munduba, no topo de um esporão rochoso, na Ilha de Santo Amaro, em frente ao Forte de Itaipu, na entrada da Baía de Santos, entre as praias do Guarujá e Tombo, a 6km da cidade de Guarujá, no Estado de São Paulo.

A sua construção, toda subterrânea, tinha como finalidade proteger a fortificação contra os ataques aéreos e impactos das cargas explosivas de alto poder destrutivo. Foi feita em túneis cavados na rocha bruta a uma profundidade de 30m, aumentando a segurança contra qualquer ameaça. Tem uma extensão aproximada de 300 metros, possibilitando o movimento da guarnição mesmo durante o combate. Dessa forma, por suas características, as posições de tiro foram qualificadas como “cortina invisível”.

A sua planta em forma de “T” era guarnecida por quatro obuseiros de costa de 280mm, equipados com escudo de blindagem, que podiam ser ocultados de baixo de uma imensa rede camuflada, dificultando a observação aérea. Para reduzir o risco do ataque, os canhões foram estrategicamente posicionados bem distantes uns dos outros.

Os obuseiros foram fabricados na Alemanha, pela Krupp, modelo 1942, e foram encomendados pelo Presidente Hermes da Fonseca, para o Forte de Campinho, no Rio de Janeiro, cujas obras nunca foram concluídas. Depois de um longo período guardados em depósitos, foram transferidos para Santos, onde viriam a guarnecer o Forte dos Andradas.

O canhão é de tiro curvo e pesava cerca de 10 toneladas e o seu projétil 354 quilos, alcançando uma distância horizontal de 9.000 metros. O paiol de mu-



Esporão rochoso na ponta do Munduba

nição localiza-se a 20 metros de profundidade, ficando protegido dos bombardeios aéreos. Elevadores e câmeras permitiam o transporte de munição para as baterias dos quatro obuseiros. As peças de artilharia podiam ser transportadas por passadiças fixadas no teto, ao longo do túnel.

Somente os quatro obuseiros e o posto de comando e observação afloravam na mata, que lhe servia de camuflagem, em área florestal preservada com mais de 2 milhões de metros quadrados.

Durante a 2ª Guerra Mundial, com a evolução da arte da guerra, houve

um aprimoramento dos artefatos bélicos. O Poder Naval, o Poder Terrestre e o Poder Aéreo surpreenderam todo o mundo com os avanços tecnológicos. A estratégia de defesa da costa santista mudou, iniciando a era dos mísseis e dos canhões de maior velocidade de tiro.

Os obuseiros do Forte dos Andradás tornaram-se acervos históricos, um patrimônio material valioso, que perpetuou a sua existência, deixando a marca de que sempre estiveram prontos para cumprir a missão de defender o Porto de Santos. Foi o último capítulo da história das fortificações de costa no Brasil.



Entrada do Forte dos Andradas



Getúlio Vargas  
*Presidente da República*



Eurico Gaspar Dutra  
*Ministro da Guerra*



João Luiz Monteiro de Barros  
*Autor do Projeto*

## História

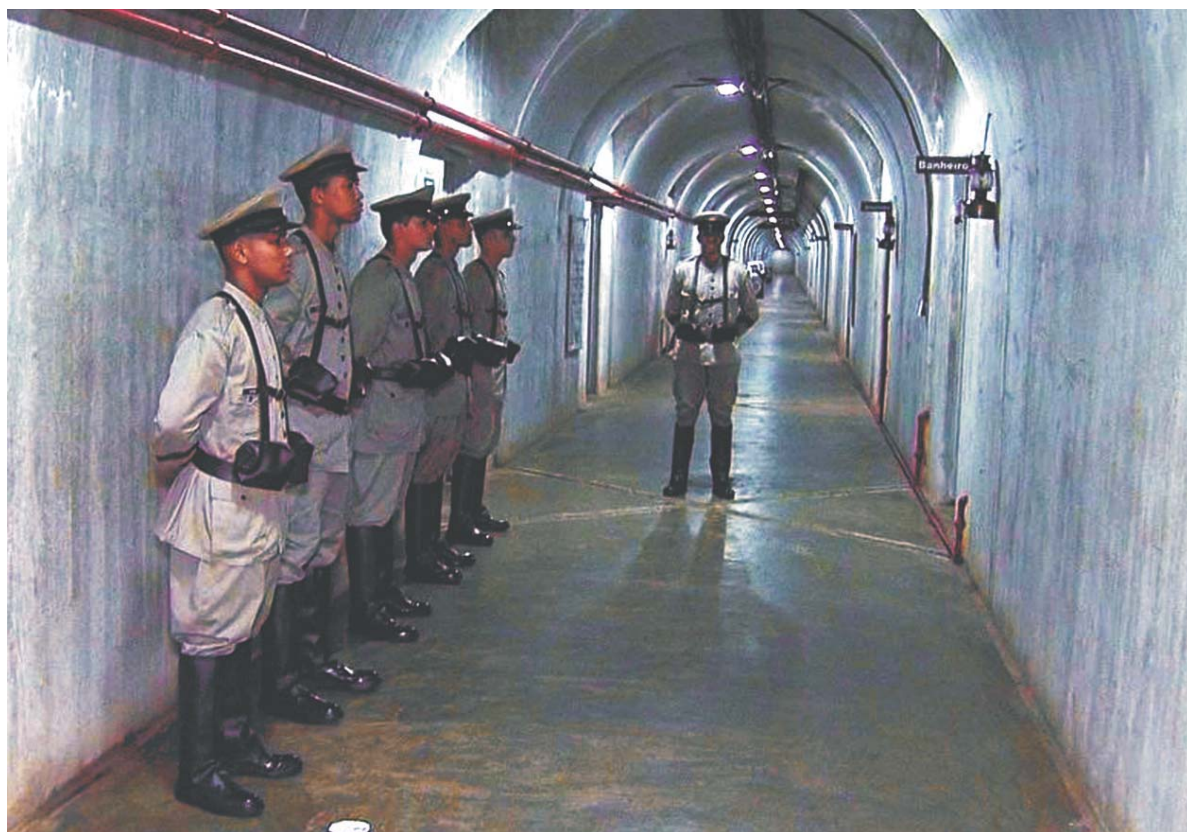
O Forte dos Andradas é a fortificação mais recente do Brasil entre as já edificadas.

Foi projetado no ano de 1934 e iniciada a sua construção em 1938, pelo então Tenente Coronel de Engenharia João Luiz Monteiro de Barros, durante o governo de Getúlio Vargas, sendo Ministro da Guerra o General Eurico Gaspar Dutra. Foram também envolvidos nesta construção o Diretor de Engenharia, General Sebastião Sampaio, e o Diretor de Artilharia, General Sebastião do Rêgo Barros.

Sua inauguração deu-se em 10 de novembro de 1942 e, no dia 27, passou a denominar-se Forte dos Andradas, em homenagem aos irmãos de José Bonifácio, Antônio Carlos e Martins Francisco de Andrada e Silva, importantes personagens do cenário brasileiro, no tempo do Primeiro Império e da Regência.

Quando foi construído, possuía dois aquartelamentos; o Quartel da Paz, localizado na praia, e o Quartel de Guerra, no esporão rochoso da ponta do Munduba.

No primeiro ficava o comando e a administração e, no segundo, as posições de tiro dos quatro obuseiros 280mm-Krupp e a torre de comando.



A construção é toda subterrânea para proteger a fortificação dos ataques aéreos e das cargas explosivas de alto poder destrutivo.



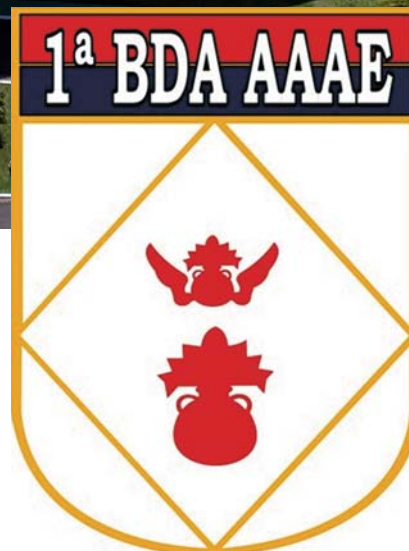
Obuseiro Krupp modelo 1942, calibre 280mm. Canhão de tiro curvo, que pesava 10 ton e o seu projétil 354 Kg. O alcance era de 9.000m.

O seu primeiro comandante foi o Capitão de Artilharia Manoel C. de Assunção, em 1942, que assumiu logo após a inauguração do Forte. No ano seguinte, passou o comando para o Capitão de Ar-

tilharia Castro de Carlos Torres, que comandou durante três anos. Seguiram-se mais quinze comandantes, sendo o último o Major W. Britto Filho, que encerrou o seu comando em 9 de fevereiro de 1972.



Quartel General da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea



Em 16 de dezembro de 1980, foi criada a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, que passou a ocupar as instalações do Forte, tendo como unidade operacional o 2º Grupo de Artilharia Antiaérea, hospedado na Fortaleza de Itaipu. Seu primeiro comandante foi o General de Brigada Samuel de Tarso Teixeira Primo.

A sua missão era “realizar a Defesa Antiaérea no âmbito Aeroespacial Brasileiro e participar da segurança integrada nas respectivas áreas de responsabilidade”.

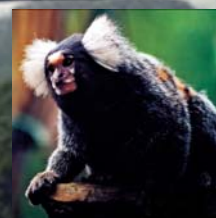
Hoje constitui um Grande Comando com abrangência nacional e coordena diversas unidades operacionais subordinadas e articuladas geograficamente de Norte a Sul do Brasil. Estão assim distribuídas:

- Comando da 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea – Guarujá/SP;
- 1º Grupo de Artilharia Antiaérea - Rio de Janeiro/RJ;
- 2º Grupo de Artilharia Antiaérea - Praia Grande/SP;
- 3º Grupo de Artilharia Antiaérea - Caxias do Sul/RS;
- 4º Grupo de Artilharia Antiaérea - Sete Lagoas/MG;
- 11º Grupo de Artilharia Antiaérea - Brasília/DF.

# Turismo Ecológico

Visitantes em passeio ecológico

A riqueza da fauna e da flora encanta os visitantes.

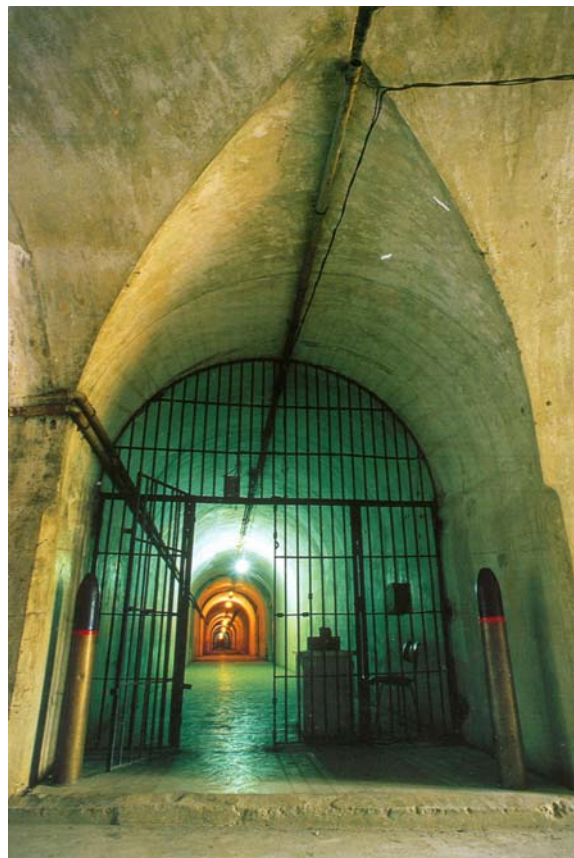




A entrada da construção subterrânea

Atualmente, a Brigada abriu as suas portas para a visitação pública do Sítio Histórico do Forte dos Andradas. Um trabalho histórico-cultural que tem atraído milhares de pessoas para conhecerem a grandiosidade da construção subterrânea, um verdadeiro monumento da engenharia militar brasileira.

O turista tem a oportunidade de realizar um passeio ecológico, percorrendo caminhos sinuosos, adentrando na Mata Atlântica, que o levam até a Praia do Munduba, onde se descortina uma paisagem exuberante ao presenciar o contraste do céu e do mar com o verde da mata. Nesse trajeto, vai explorando e conhecendo a riqueza da fauna e da flora, deslumbrando-se com a beleza das plantas, dos animais, dos répteis e das flores, um verdadeiro tesouro indescritível, que atestam o zelo com que o Exército, por intermédio da Brigada, preserva o precioso patrimônio.



Os túneis têm 30m de profundidade e 300m de extensão.



## Encerramento

O Forte dos Andradas foi construído para realizar a defesa da área estratégica da Baía de Santos. O porto comercializava os produtos extraídos da terra desde a época do Brasil-Colônia.

A segurança, realizada pelos canhões dos fortins, fortes e das fortalezas, a maioria construídos pelos portugueses, não acompanhou a evolução das embarcações de guerra, ocorrendo o enfraquecimento do poder de fogo e reduzindo a eficácia da sua operacionalidade. Era necessária a implantação de um novo sistema de defesa.

É nesse planejamento que foi construído o Forte dos Andradas, em 1942, para completar a defesa da costa santista. Foi a última fortificação edificada no Brasil.

Mais tarde, no antigo aquartelamento do forte, no Quartel da Paz, foi criada e implantada a 1ª Brigada de Artilharia Antiaérea, acrescentando ao projeto novas instalações, agora, ampliando

a sua missão de defesa, expandindo-a para todo o território nacional.

A Brigada, atualmente, está voltada também para as atividades histórico-culturais da baixada santista, expondo aos visitantes as instalações históricas, construídas no passado, e mostrando a beleza da Mata Atlântica.

As atividades turísticas da baixada santista mostram, ao público, uma face cultural desconhecida para os visitantes.

Encerramos a nossa reportagem, deixando para você, prezado leitor, um convite para visitar este patrimônio histórico-cultural de tão grande valor. São mais de 2 milhões metros quadrados de área ambiental, onde a fauna e a flora desabrocham do meio da Mata Atlântica. Os subterrâneos serpenteiam as profundezas da rocha que se espalham ao longo do esporão rochoso, aflorando nas posições de tiro. Orgulhamo-nos pelo trabalho que realizaram os que nos antecederam. Uma obra extraordinária que vale a pena conhecer.

Vista panorâmica da 1ª Bda AAAE, Hotel de Trânsito, Espinhaço Rochoso e Praia do Munduba.

**PAULO ROBERTO RODRIGUES TEIXEIRA** – Coronel de Infantaria e Estado-Maior, é natural do Rio de Janeiro. Tem o curso de Estado-Maior e da Escola Superior de Guerra. Atualmente é assessor da FUNCEB e redator-chefe da Revista *DaCultura*.



Curitiba, 08 de Março de 2017

Venho através desta, mui respeitosamente, manifestar os meus sinceros parabéns, pela edição da Revista DaCultura nº 27.

A Fundação Cultural Exército Brasileiro é responsável com todo mérito, pela edição desta fonte de Cultura Histórica Militar com excelente apresentação e conteúdo, a Revista DaCultura, cumpre de maneira excelente o seu objetivo de bem informar, abastecendo com cultura os quadros do nosso glorioso Exército Brasileiro.

“A Cultura também é uma fonte de união”

Atenciosamente,

José Evane Dutra – Ten Cel Inf Rfm

Professor Universitário Dr. PhD

Revista DaCultura

Ao chegar na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) em fevereiro de 2017, recebi um exemplar da Revista DaCultura, o que me trouxe um grande orgulho.

Havia servido no Palácio Duque de Caxias, nos anos de 2004 e 2005, no Comando Militar do Leste, ocasião em que conheci a Fundação Cultural Exército Brasileiro e a Revista DaCultura.

Fiquei muito feliz em ver que a Revista DaCultura permanece sendo referência no âmbito do Exército.

Em particular, com a Revista DaCultura (Ano XV – Nº 27 – Novembro de 2016), que contém assuntos de extrema relevância para os profissionais das armas de hoje. Dos quais, destaco três:

A entrevista do Gen Div Santos Cruz, por seu valor militar; o artigo sobre o Casarão da Várzea, pela oportunidade de voltar ao passado e rememorar com entusiasmo os anos de 1989 à 1992, em que fui aluno do Colégio Militar de Porto Alegre; e a reportagem do Cel Paulo Roberto Rodrigues Teixeira sobre o Museu Histórico do Exército e Forte de Copacabana, pelas imagens precisas da matéria que nos motivam a valorizarmos o nosso passado.

Sendo assim, meus votos são de que este patrimônio, a Revista DaCultura, permaneça neste rumo, transmitindo para a Força Terrestre seus valores e nos ensinando a cultivar nossa história.

Muito obrigado.

Rodrigo de Almeida Paim – Major de Infantaria, aluno da ECEME (CEEM-1ºAno)

Revista DaCultura nº 27

Entre 1973 e 1975 servi no Forte Copacabana, antigo 3º GACos, quando ali ainda se realizava exercícios com os dois canhões 190 mm usando tubos redutores.

A Revista DaCultura nº 27, nov 2016 - capa, texto, fotos e mapas - me traz belas recordações dos bons tempos vividos na extinta Artilharia de Costa e enorme satisfação por rever um monumento histórico nacional tão significativo e emblemático agora no topo das realizações culturais do Exército Brasileiro.

O Forte hoje, como Museu Histórico de Exército, se agiganta mais uma vez sobre o esporão rochoso do Posto 1 de Copacabana, sem ninguém roubar-lhe a pujança, pois, agora ele comanda novas forças da Esperança.

Parabéns!

Elcio Rogerio Secomandi, Cel Art Rfm